



# Anais da Assembléia

Nº 077

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE JUNHO DE 1990

ANO XV

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA ATA DA 54ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 1990

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Anibelli, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Rafael Greca, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Antônio Costenaro Neto, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, José Alves, Leônidas Chaves, Luiz Antonio Setti, Pedro Tonelli e Raul Lopes (09).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Ofícios:

Sob o nº DTL/SAT/157/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 20/90, por julgá-lo inconstitucional, em razão de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/SAT/158/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 98/90, em razão de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/SAT/159/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 159/90, em razão de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/SAT/160/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 160/90, em razão de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/SAT/161/90, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 273/90, em razão de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os nºs DTL/SAT/162, 163 e 164/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

209/90: De autoria dos Deputados ERONDY SILVÉRIO e HAROLDO FERREIRA, que dispõe que o atendimento integral à saúde da mulher será prestado pela rede pública e conveniada de Saúde do Estado do Paraná e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.303. Anote-se - Arquite-se.

158/90: De autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que cria a creche pré-escolar "Cantinho Feliz", na Penitenciária Feminina e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.304. Anote-se - Arquite-se.

228/90: De autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que cria o município de VILA NOVA, desmembrado do município de Toledo, com as divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.305. Anote-se - Arquite-se.

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 1703

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 122/90, de autoria da Deputada ARIALBA FREIRE, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado ao Senhor ANTÔNIO BORDIN.

Requer-se ainda que a Assembléia seja constituída em Comissão Geral de Plenário para apreciar e dar parecer à referida

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1688

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Resolução que autoriza a Assembléia a instaurar processo contra o Governador do Estado por crime de responsabilidade, Projeto de Resolução este de autoria do presente Deputado.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO N° 1721

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei Complementar n° 338/90.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO N° 1719

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação para a Proposição n° 77/90.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1706

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para a Proposição n° 42/90.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO N° 1738

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER determine Vossa Excelência seja incluído na Ordem do Dia o Projeto de Lei n° 180/90, que concede pensão à Senhora IRENE TASSI SAVOLDI, viúva do ex-Prefeito Irineu Aparecido Savoldi, de Ourizona, e, ao mesmo tempo, que o Parecer seja oferecido pela Comissão Geral do Plenário.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N° 1704

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja reincluído na Ordem do Dia o Projeto de Resolução n° 69/90.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 1718

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões em, 26.06.90.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1722

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, dos Projetos de Lei n°s 338, 343 e 346/90, constantes da pauta da sessão de hoje, por 3 sessões.

Sala das Sessões em 26.06.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 1739

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e Parecer aos Projetos de Lei n°s 162/89, que cria o município de Mercedes, e 166/89, que cria o município de Quatro Pontes.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 1699

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e, com fundamento no artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para o próximo dia 26 do corrente, para apreciar e oferecer parecer ao Projeto de Lei n° 311/89, de sua autoria, que cria o Conselho Estadual de Habitação.

Sala das Sessões, em 26.06.90

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1735

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transformação desta Assembléia em Comissão

Geral, a fim de emitir Parecer sobre os Projetos de Lei n.ºs. 361 e 362/90, que autorizam abertura de créditos suplementares, a fim de que se ultime sua votação por esta Casa.

Sala das Sessões, em 26.06.90

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO N.º 1689

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a transformação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em Comissão Geral para apreciar o Projeto de Resolução apresentado em 20 de junho de 1990, que autoriza a Assembléia Legislativa a instaurar processo por crime de responsabilidade contra o Governador Álvaro Dias.

Sala das Sessões, em 26.06.90

(a) PEDRO TONELLI

#### REQUERIMENTO N.º 1736

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, após ouvido o Plenário, o envio de votos de profundo pesar aos Srs. João Aparecido, Luiz Fernando, Aura e Angelina, pelo falecimento de sua genitora Sra. Aparecida Galdino, do Município de Andirá - PR.

Sala das Sessões, em 26.06.90

(a) HERMAS BRANDAO

#### REQUERIMENTO N.º 1720

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, desta Assembléia Legislativa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do cafeicultor e líder ruralista JUSTINO ARAÚJO VILLELA, ocorrido em Londrina, no último dia 25.

Sala das Sessões, em 26.06.90

(a) BASÍLIO ZANUSSO

#### JUSTIFICATIVA:

Poucos homens lutaram tanto pela cafeicultura paranaense como JUSTINO ARAÚJO VILLELA, falecido em Londrina no último dia 25 aos 83 anos de idade, em consequência de um câncer linfático.

Natural de Araguari, em Minas Gerais, e radicado no Paraná desde 1949, ele dedicou quase toda sua vida ao café, depois de ter se formado em Direito no Rio de Janeiro. Chegou a plantar cerca de um milhão de cafeeiros, primeiro no município de Bom Sucesso, no Vale do Ivaí, e, posteriormente, no distrito londrinense de Tamarana.

Justino Villela fundou e presidiu a Associação Rural de Bom Sucesso, foi membro da Sociedade Rural do Paraná, diretor

do Centro de Comércio do Café (Londrina) e um dos diretores e organizadores do Conselho Nacional do Café. Foi, também, membro da Junta Administrativa (depois, Consultiva) do IBC, onde teve atuação sempre destacada. Mas, foi como presidente da Associação Paranaense dos Cafeicultores (APAC), que presidiu por 18 anos, que ele se revelou defensor intransigente da sobrevivência da cafeicultura, cuja importância defendia com todo o vigor e entusiasmo, não aceitando de forma alguma que a cultura do café fosse relegada a plano secundário.

Em 1987, reconhecendo seu valor e, principalmente, a contribuição por ele emprestada à cafeicultura do Estado, a Assembléia Legislativa outorgou a Justino Araújo Villela o título de Cidadão Honorário do Paraná. Honoraria que, apesar de doente, ele fez questão de receber pessoalmente.

Justino Villela era viúvo da advogada Mercedes Villela, deixou dois filhos e três netos. Seu desaparecimento causou grande pesar entre os cafeicultores do Norte do Estado. É justo, pois, que o Legislativo estadual mais uma vez lhe reconheça os méritos, prestando a Justino Araújo Villela esta última homenagem.

#### REQUERIMENTO N.º 1698

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, voto de profundo pesar pelo infausto passamento do Senhor GERALDO LONGO, ocorrido no dia 21 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 26.06.90

(a) EDUARDO BAGGIO

#### JUSTIFICATIVA:

Pioneiro da Região Noroeste do Paraná, destacado empresário do ramo imobiliário no Município de Paranavaí, GERALDO LONGO destacou-se também como notável homem público na defesa dos interesses da comunidade paranavaense, tendo sido Vereador, quando exerceu com alto senso de equidade e justiça a Presidência daquele Legislativo.

Pessoa que gozava do respeito e admiração daqueles que tiveram o prazer de compartilhar da sua convivência, seu falecimento enluta a família e toda a comunidade paranavaense.

Requeiro ainda, seja enviado cópia deste à família enlutada, residente na Rua Amazonas, n.º 2150, Paranavaí-Pr.

#### REQUERIMENTO N.º 1724

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja regis-

trado VOTO DE PROFUNDO PESAR pelo passamento da Senhora Mercedes Lydia Krüger Sotto Maior.

Sala das Sessões, em 26.06.90

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Não há qualquer palavra que possa dimensionar nosso pesar pelo descansar de tão nobre pessoa.

Pessoa de grande personalidade, íncлита, honrada, exemplar mãe de família, cidadã cumpridora de suas funções sociais, dona Mercedes, abre, com seu passamento, uma lacuna na vida curitibana, inclusive, difícil de ser preenchida.

Na educação de suas filhas, dona Maria Helena Arzua Pereira Sotto Maior e dona Ruth Lilina Sotto Maior Müller, estarão presentes, sempre, os valores morais e sociais daquela valorosa matriarca.

Pela presente simples manifestação, o Poder Legislativo do Paraná se associa às centenas de manifestações de pesar àquela elevada figura.

REQUERIMENTO N° 1697

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, REQUEREM voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido dia 14 último, do Dr. MÁRIO ANDRADE SAPORITI, ilustre cidadão paranaense que desaparece aos 72 anos de idade. O Dr. Mário Saporiti, nasceu em Palmas, descendendo de famílias tradicionais da Região Sudeste paranaense e após diplomar-se em Odontologia, realizou atividades empresariais até encontrar sua verdadeira vocação na gestão bancária.

Nesse ramo das finanças o Dr. Mário Saporitti foi um dos fundadores do banco Tibagi, depois serviu em outros estabelecimentos, dirigiu o Banestado e por duas vezes foi diretor Superintendente do BRDE no Paraná.

Casado com dona Judith Procopiak Saporiti, o saudoso paranaense deixa os filhos Renato, Ricardo e Maria Beatriz, além de noras e netos. Seu desaparecimento foi pranteado por todos os que privaram de sua amizade e foram beneficiados pelas suas ações em favor do progresso e da produção paranaenses.

Sala das Sessões, em 26.06.90

(aa) ANIBAL KHURY

ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUEIMENTO N° 1726

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES ao centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes.

Curitiba, terça, em 26.06.90

Sala das Sessões, em 26.06.90

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes, mantido pela Fundação de Ação Social do Paraná FASPAR, formou, no último dia 22 de junho, mais uma turma de guardas-mirins, com 139 alunos habilitados em cursos de datilografia, relações interpessoais de trabalho e "office-boy", durante 5 meses de treinamento na instituição. Os novos guardas-mirins aguardam a partir de convênio mantido pela instituição, que pretende oferecer a primeira oportunidade de trabalho aos menores assistidos na faixa etária de 14 a 18 anos.

Fundada em 06 de setembro de 1963, a "Guarda-Mirim", como ficou conhecida, tem hoje capacidade para atender 200 alunos, sendo 150 meninos e 50 meninas. O programa idealizado para proporcionar uma assistência em regime de semi-internato a crianças carentes, prevenindo a marginalização decorrente da falta de uma estrutura familiar a cada um deles, superou todas as expectativas e seu êxito, já nos primeiros meses, fez com que houvesse interesse do governo em ampliá-lo. Hoje, são 751 crianças mantidas com os mesmos objetivos e que, além de terem a oportunidade de arrumar emprego, iniciando sua vida no trabalho, recebem atendimento psicológico individual e em grupo, extensivo à família, acompanhando o aluno desde a sua entrada na unidade social até sua colocação empregatícia avaliando regularmente o seu desempenho.

Isto posto, não há como o Poder Legislativo deixar de enviar suas manifestações à Guarda-Mirim, como reconhecimento pelo extraordinário trabalho que desenvolve pela juventude do Paraná.

Que dê-se ciência ao Diretor da entidade homenageada.

REQUERIMENTO N° 1727

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações à equipe feminina da Escola Paranaense de Ginástica Olímpica.

Sala das Sessões, em 26.06.90

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A equipe feminina da Escola Paranaense de Ginástica Olímpica conquistou o título de bicampeã brasileira da categoria infantil, no último domingo, dia 24. A equipe agora viaja ao Canadá, onde irá fazer um estágio de 25 dias na Academia West Island Gym, especializada em ginástica Olímpica feminina e que tem como orientados

técnicos tchecoslovacos do melhor nível.

A comitiva paranaense, que será chefiada pela professora Vicélia Florenzano, presidente da Federação Paranaense de Ginástica, será composta pelas técnicas; Eliane Martins, Márcia Suplicy e Simone Chagas Lima, pelo técnico Ronaldo Ferreira e pelas ginastas Caroline Lobo Fernandes, Karla Merigli, Taís Marchand Rocha, Janaina Vidal, Priscila Coelho, Priscila Curupá Serra e Juliana Vidal.

Depois de realizar este estágio, em Montreal, a delegação da Escola Paranaense de Ginástica Olímpica seguirá para Talahassi, nos Estados Unidos, onde vai ser disputado o Campeonato Panamericano da modalidade e do qual participará o Brasil. Da equipe brasileira, participarão as ginastas Caroline Fernandes - a número um do "ranking" nacional -, Sílvia Mendes (Flamengo) e Soraya Carvalho (judokan/DF).

Além da disputa pelo título panamericano, a equipe brasileira vai sentir quais as suas chances nos jogos olímpicos de Barcelona, em 1992.

O Paraná é, hoje, uma das grandes forças da ginástica olímpica brasileira. Além de Caroline Fernandes, a primeira do "ranking" nacional, mais duas outras ginastas da Escola Paranaense estarão integrando a equipe nacional: Karla Merigli e Thaís Rocha. Elas vão como reservas, é verdade, mas em condições de virem a fazer um bom trabalho, caso venham a ser chamadas. Essa é a opinião dos técnicos e a certeza de todos nós.

Desta forma, não há como o Poder Legislativo deixar de se associar às manifestações e cumprimentos a essas valorosas moças que tão brilhantemente elevam as cores do nosso Paraná e do Brasil.

Que do teor do presente, dê-se ciência à Escola Paranaense de Ginástica Olímpica e à Federação Paranaense de Ginástica Olímpica.

#### REQUERIMENTO N° 1723

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, votos de congratulações à Orquestra Harmônica de Curitiba, pelo transcurso do seu 11° ano de atividades.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

A história da Harmônicas de Curitiba, começou em 1979, no dia 29 de março, aniversário de Curitiba. Hoje, 1990, onze anos depois, a proposta se consolida. A Orquestra Harmônica de Curitiba é uma realidade. Neste período, fez duas aparições no Fantástico, participou de progra-

mas nacionais como Perdidos na Noite, Safenados e Safadinhos, Festa Baile, Osmar Santos Show, Agita Brasil, Metrôpolis, tendo sido alvo de matérias especiais em veículos de comunicação a nível nacional. Foi objeto de elogiosas críticas nos principais jornais e revistas do País, tendo sido inclusive, um dos principais destaques nacionais de 1988, com o crítico Marcos Smirkoff, da Folha de São Paulo, colocando o terceiro disco das Harmônicas de Curitiba entre os dez melhores LP's nacionais, em sua crítica na Revista Bizz. Apresentou-se em espaços como a Sala Cecília Meirelles, Teatro Municipal de Goiânia, Grande Auditório do MASP, Centro de Convenções e Memorial JK, em Brasília, Centro de Convenções de Pernambuco, Festival de São Cristóvão, em Sergipe, por duas vezes, Rádio Rivadávia, Instituto Superior de Turismo Perito Moreno e San Juan Tênis Club, em Buenos Aires, International Mall, Universidade International de Flórida e Canal 17, em Miami, Hotel Excelsior, em Assunpción, Concha Acústica do Parque do Taquaral e Catedral, em Campinas, Parque da Catacumba e Recreio dos Bandeirantes, no Rio de Janeiro, Termas Águas do Rio Quente, em Goiás, Teatro Guaíra, Reitoria, Teatro Universitário de Curitiba - TUC, Teatro de Bolso, SESC da Esquina, Teatro do Sesi, Sala Scabi, Ruínas de São Francisco, Largo da Ordem, Praça Osório, Boca Maldita, Parque do Barigüi, Bosque João Paulo II, Passeio Público, Via Venetto, Teatro do Paiol, dentre tantos outros.

Em inúmeros municípios do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco. Onze anos depois, com mais de 300 apresentações em sua trajetória, três discos gravados, as Harmônicas de Curitiba são, na realidade, uma proposta rara e inusitada, contando sempre com o apoio da Fundação Cultural de Curitiba, Hering S/A - Brinquedos e instrumentos musicais de Blumenau e da iniciativa privada.

No 11° ano de atuação da Harmônicas de Curitiba, o Poder Legislativo jamais poderia ficar imune às tantas manifestações que se fazem pelo trabalho extraordinário e brilhante que tem desenvolvido.

Que do teor do presente sejam cientes os homenageados.

#### REQUERIMENTO N° 1732

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, o envio de votos de congratulações ao Sr. Ten.Cel.QOPM Sérgio Luiz Malucelli, que no próximo dia 15.06.90 assume o Comando do

Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1733

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, o envio de votos de congratulações à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, pela assinatura do protocolo de intenções para a formação do Consórcio Intermunicipal para Proteção Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Pirapó e à ADEAM - Associação de Defesa e Educação Ambiental de Maringá, pelo lançamento do Programa de Recuperação das Matas Ciliares do Rio Pirapó, eventos acontecidos no último dia 08 de junho.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1734

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Rio Azul, pela passagem do 72° aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal Mário Pietroski, ao Vice-Prefeito, Sr. Nicolau Chauszcz, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Rio Azul, onde floresce o progresso.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A história de Rio Azul começa no dia 14 de julho de 1918, e com o correr do tempo foi crescendo, transformando-se e recebendo migrações que permitiram um desenvolvimento significativo marcado por muito esforço principalmente aquele desenvolvido e desprendido pela sua população e por seus administradores de todos os tempos.

Portanto, no próximo dia 14 de julho, Rio Azul estará comemorando seu 72° aniversário de fundação.

Rio Azul, fruto da visão administrativa de sucessivos governos municipais e de seu povo trabalhador, conta hoje com extraordinário surto de progresso especialmente depois da conquista da tão sonhada obra de asfaltamento da Rodovia Deputado Antônio Baby (PR-153).

O município de Rio Azul, administrado por homens da maior representatividade político-social, transformou-se numa das

principais rotas de penetração desenvolvista da região.

É com orgulho, portanto, que o povo rioazulense comemora o 72° aniversário do seu município. A certeza de dias melhores, aliada a tudo o que o povo de Rio Azul já conquistou, com o trabalho do seu ex-Prefeito, Ansenor Valentin Girardi e do trabalho feito pelo atual Prefeito Mário Pietroski, com o respaldo dos seus representantes e com a colaboração de toda a comunidade, a esperança de dias melhores converte-se satisfatoriamente numa certeza.

Nesta data tão significativa, toda a população de Rio Azul é credora de nossa homenagem e do nosso reconhecimento, na certeza de que continuará com a mesma garra e mesma pujança sendo exemplo e cópia modelo para os demais municípios paranaenses.

REQUERIMENTO N° 1701

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Município de Clevelândia, pela passagem do 98° aniversário de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal, Antônio Celso Bortolini, ao Vice-Prefeito, Sr. Jenyr Crestani, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná recebam e cumprimentem a população clevelandense, onde floresce o progresso.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Clevelândia, berço da civilização paranaense, depositária das páginas mais brilhantes da nossa história, comemora no próximo dia 28, o seu 98° aniversário de fundação.

Desmembrado que foi de Palmas no ano de 1892, o mais antigo município do Sudoeste paranaense, passa, nos últimos anos, por um extraordinário surto de progresso.

Clevelândia, fruto da visão administrativa de sucessivos governos municipais e de seu povo trabalhador, abriu suas portas para a industrialização, e o município conta hoje com extraordinárias empresas industriais e comerciais.

O aniversário de Clevelândia é motivo de júbilo natural para toda a população, porque esta é uma cidade de características completamente diferentes das demais cidades do Brasil. E isso é o fruto do trabalho de sua gente.

Poucas cidades constituídas de etnias tão variadas e formadas por brasileiros de

praticamente todas as regiões, conseguem conquistar inteiramente seus "filhos adotivos" e ser, em seus corações, a terra de cada um.

É o Município nº 1 do Sudoeste paranaense, também chamado carinhosamente de Portal do Sudoeste, pois dele foram desmembrados perto de 30 municípios dos que hoje compõem a vasta região sudoestina.

A Lei nº 28, de 28 de junho de 1892, elevou à categoria de Vila, com a denominação de Bella Vista de Palmas, hoje Clevelândia, em nome do então Presidente dos Estados Unidos, Stefen Grover Cleveland, que como árbitro dirimiu a questão de limites entre o Brasil e Argentina, relativa ao então Território das Missões, pretendido pela Argentina.

Hoje Clevelândia pode orgulhar-se de seu passado e de seus filhos, de ontem e de hoje, entre os quais este Deputado, ali nascidos ou vindos de outras plagas.

Os problemas são o ponto que une a todos os clevelandenses legítimos ou não, são eles que impulsionam o progresso. As grandes conquistas e os avanços mostram que é com trabalho e dedicação que se forja um grande e admirado município, que se melhora as condições de vida da população.

Clevelândia se aproxima do centenário de sua fundação com um estilo moderno de ser, mas sem perder suas raízes e sem perder o seu passado de glórias e sua história.

Nesta data tão significativa, todo o povo de Clevelândia é credor da nossa homenagem e do nosso reconhecimento, na certeza de que continuará com a mesma garra e a mesma pujança, sendo exemplo e cópia modelo para os demais municípios paranaenses.

Mas, Clevelândia é um respeitável acervo de tradições que não se esgota nunca. Essa herança cultural tem sido preservada e multiplicada pelas novas gerações.

Daquele tincão, modelos cívicos, morais, mentais, religiosos e políticos compuseram o perfil do homem paranaense, criado sob a influência da civilização do sudoeste. Desenvolve-se lá, além disso, uma economia pastoril favorecida pelo tropeirismo que lhe possibilita a formação de uma aristocracia rural de marcante liderança.

Dai as muitas figuras titulares que ornamentam a genealogia das tradicionais famílias que lhe povoaram.

Não será exagero dizer que temos numa só cidade o espelho, a miniatura do mundo, com sua grandeza, com seu progresso, com sua tecnologia, com avanços, com culturas diversas e ao mesmo tempo com os problemas e dificuldades que são inerentes a qualquer sociedade.

## REQUERIMENTO Nº 1716

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja registrado nos Anais desta Casa, um voto de regozijo pela posse da nova diretoria do Rotary Club Curitiba - Bom Retiro, composta pelo Dr. Amauri Assis de Siqueira na presidência e mais 14 membros.

Requer, ainda, que da decisão, sejam informados os membros do Rotary Club Curitiba - Bom Retiro, bem como seu atual presidente Dr. César Aires Gasparin, que passará o cargo em solenidade marcada para hoje, dia 26 de junho de 1990, às 20:30 horas, na sede da Fundação da Unidade Rotária - FUR.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

## JUSTIFICATIVA:

Desde sua criação em 05 de abril de 1983, o Rotary Club Curitiba - Bom Retiro assumiu um compromisso muito importante para o desenvolvimento comunitário: O menor carente. Um trabalho que vem sendo realizado de forma ampla, através de campanhas cívicas que incentiva o amor à Pátria, campanha do agasalho; movimentos anti-tabagismo e outros.

A nova diretoria assume hoje, propondo continuar com esses mesmos objetivos.

## REQUERIMENTO Nº 1731

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor José Moacir Favetti, solicitando seja dado maior apoio à Polícia Civil do Litoral, principalmente dos balneários pertencentes a Paranaguá, pois o Posto Policial de Praia de Leste tem várias deficiências de recursos humanos e materiais para combater o crescente índice de criminalidade.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

## REQUERIMENTO Nº 1700

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública JOSÉ MOACIR FAVETTI, solicitando os valiosos préstimos daquele Secretário, a fim de que interceda junto às autoridades competentes, objetivando a instalação de uma Delegacia da Polícia Federal em Ponta Grossa, com fundamento na justificativa a seguir.

Sala das Sessões, em 26.06.90.



(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

**JUSTIFICATIVA:**

Constando como um dos municípios paranaenses que maior densidade demográfica apresenta, Ponta Grossa conta hoje com aproximadamente 300 mil habitantes para 135 mil eleitores.

Tendo sua economia calcada no setor primário por excelência e respondendo por significativa parcela da produção de alimentos do Estado, constitui-se, graças à sua posição geográfica, num importante entroncamento rododiferroviário, dando acesso a todas as regiões do País, particularmente aos grandes centros, como São Paulo, Foz do Iguaçu e Paraguai.

Disso difluiu-se a existência de um livre trânsito à comercialização de drogas, contrabandos e outras contravenções, transformando a região num ponto frágil e de afluência de toda espécie de indivíduos.

Não obstante o emprego do setor policial na contenção do crime organizado e a segurança em geral, faz-se imperioso que a nível federal conte o Município, bem como a região vizinha, com um órgão de representação que corresponda às essas exigências, de forma a conter a onda de crimes e de violência cada vez mais crescente.

Com base nessas considerações, encarece as autoridades competentes para que Ponta Grossa venha a ser contemplada com a instalação de uma unidade policial Federal, imprescindível às suas necessidades na área da segurança e no processo de desenvolvimento.

**REQUERIMENTO N° 1728**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado Expediente Oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Companhia Paranaense de Telecomunicações, TELEPAR, solicitando revisão no novo sistema de tarifação da empresa, em virtude das injustiças e disparidades que sua execução proporcionará.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

**JUSTIFICATIVA:**

Uma portaria de janeiro deste ano, assinada pelo presidente José Sarney, autorizou a TELEPAR a mudar o sistema de cobranças das tarifas telefônicas. Foi feito um mapa da chamada "área conturbada" e, enquanto os telefones que estão na cidade de Curitiba pagam um impulso a cada minuto, outros municípios próximos e integrados à Região Metropolitana vão pagar um impulso a cada 46 segundos, o que equivale, no cálculo de alguns empresários, a um aumento nominal de 550% (quinhentos e cin-

quenta por cento).

Os moradores de Campo Largo, por exemplo, vão pagar um impulso a cada 20 segundos para as ligações para Curitiba ou outros municípios da Região Metropolitana - ou seja, um aumento nominal de 1.100% (hum mil e cem por cento) na tarifa.

Para se compreender com clareza o que isto vem a significar, basta esclarecer que o morador que estiver do outro lado do Rio Iguaçu, na divisa Curitiba São José dos Pinhais, para ligar para a Farmácia, há apenas um quilômetro de distância, vai pagar 550% a mais de tarifa do que um morador que faça uma ligação do mesmo bairro (Boqueirão) para outro extremo da cidade, Santa Cândida. Em Campo Largo a situação é, ainda, mais absurda, pois os moradores irão pagar mais caro pela ligação (aumento nominal de 1.100%) quando, na prática, a cidade está mais próxima em dois quilômetros do centro de Curitiba.

Como se vê, as disparidades são flagrantes.

Se a própria Constituição da República, no seu artigo 25, § 3°, propõe e faculta aos Estados a criação de regiões metropolitanas de municípios limítrofes para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, não há como não estranhar o procedimento da nossa TELEPAR propondo um sistema que ignora essa necessidade de integração, castigando, literalmente, os municípios que integram a Grande Curitiba.

Os aumentos nominais representam grandes variações nos valores que os assinantes vinham pagando pela utilização dos serviços telefônicos, quando a realidade econômica do País condena essa prática.

Desta forma, confiamos nos estudos balizadores técnicos a serem levados a efeito pela competente equipe da TELEPAR, como forma de proceder os ajustes e correções necessários à correção das distorções apontadas.

Que do teor do presente dê-se ciência aos Vereadores e Prefeitos da Região Metropolitana de Curitiba.

**REQUERIMENTO N° 1717**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado telex, no sentido de solicitar revisão nas demissões ocorridas através da Portaria n° 1102/90, do Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Lafaiete Coutinho. Não houve critérios para as demissões, além de que, os demitidos são concursados e com estabilidade até 25 de agosto de 1990, conforme Convenção Coletiva de Trabalho.

Requer-se outrossim, que da decisão da



Casa, seja oficiado o Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, Sindicato dos Bancários, Executivas Regionais dos Partidos políticos e aos líderes dos partidos no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

#### REQUERIMENTO N° 1714

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a realização de um Seminário para Debates sobre a nova Lei de Meio Ambiente, em 23 de agosto do corrente ano.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO.

#### REQUERIMENTO N° 1705

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam feitas gestões junto ao Exmo.Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública JOSÉ MOACIR FAVETTI e ao Ilustríssimo Senhor Delegado Geral da Polícia Civil JOSÉ MARIA DE PAULA CORREIA, a fim de que enviem esforços objetivando a implantação de uma Sub-Delegacia de Polícia no Distrito de São Bento, Alto do Amparo, no município de TIBAGI-Pr.

Dá origem a presente propositura apelo feito pela comunidade moradora de São Bento, a qual, através a intercessão de suas lideranças, visam sensibilizar as autoridades competentes para a premente necessidade de dotar aquela localidade de uma unidade policial capaz de lhes assegurar a tranqüilidade e a segurança desejadas, haja vista a onda de crimes que assola a região pondo em pânico seus moradores.

Outro aspecto que deve ser aqui enfocado é o fato do distrito de São Bento distar da sede 40 km, em percurso de difícil trânsito e que em situações emergenciais, torna quase que inviável uma assistência de imediato e eficiente, senão precária, ensejando com isso, a constante ocorrência de delitos das mais variadas naturezas, sem que para isso possam contar com a presença e a eficiência daqueles serviços policiais.

Isto posto, conto com a indispensável providência dos setores afins, a fim de que o distrito de São Bento e sua comunidade receba, a exemplo de outras localidades de mesmo porte e necessidade, tratamento prioritário no que consiste à área de segurança.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

Projeto de Resolução:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 078/90 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no município de Toledo, para que a população decida sobre a criação do município de Novo Sarandi.

"Tomando como ponto de partida a confluência do Arroio Guaçu com o Lajeado Gavião, sobe por este, confrontando com o município de Nova Santa Rosa, até a barra da Sanga Ubiretama, sobe pela mesma até a sua cabeceira, daí, pelas divisas entre os lotes rurais n°s 43 e 49 do 14° perímetro até um travessão, pelo qual segue confrontando à esquerda com o lote rural n° 56 e à direita com os lotes n°s 55, 57, 58, 59, 72 e 74, todos do mesmo perímetro, até a cabeceira da Sanga Paim, pela qual desce até sua barra no Lajeado Jaguarundi, sobe pelo mesmo, confrontando com o Município de Vila Nova, em fase de emancipação, até a barra da Sanga Aras Pongas, pela qual sobe até sua cabeceira, daí pela divisa entre o 14° e 15° perímetros, confrontando à direita com os lotes rurais n°s 70 e 67 e pela esquerda com os lotes n°s 292, 293, 294 e 168, até encontrar o Lajeado Gavião, sobe pelo mesmo até sua cabeceira, daí, por um travessão, confrontando pela esquerda, com os lotes rurais n°s 160, 159, 158, 157, 156, 155, 181 e 182, todos do 15° perímetro, e pela direita com os lotes n°s 100 a 111 do 14° perímetro, até a cabeceira da Sanga Seca, pela qual desce até sua barra no Arroio Guaçu, desce pelo mesmo até encontrar em sua margem esquerda a divisa entre os lotes rurais n° 234 e 235 do 8° perímetro, segue pela mesma, confrontando ainda pela esquerda, com o lote n° 231, até o Lajeado Grande pelo qual sobe até encontrar, em sua margem esquerda, um travessão, pelo qual segue, confrontando à direita com os lotes rurais n°s 133, 132, e 131 e pela esquerda com o lote n° 119, e ainda, por outro travessão, confrontando pela direita com os lotes n°s 120, 118, 116 e 114 e, pela esquerda, com os lotes n°s 119, 117, 115 e 113, todos do 7° perímetro, no Município remanescente de Toledo, daí, pela divisa entre os lotes n°s 114 e 112 até a Sanga Taquaruçu, pela qual sobe até encontrar, em sua margem esquerda, a divisa entre os lotes n°s 28 e 31, pela qual segue até o travessão e, por este confrontando à esquerda com os lotes n°s 31 e 33, até a divisa dos lotes n°s 30 e 32, pela qual segue até a Sanga 15 de novembro, a qual atravessa e segue por divisas entre os lotes rurais do 6° perímetro, limitando, ainda, com o remanescente município de Toledo, confrontando pela direita com os lotes n°s 21, 20, 19, 18, 33,

61, 73, 74 e 57 e, pela esquerda, com os lotes n.ºs 22, 30, 31, 32, 62, 72, e 75, onde se chega na Sanga Funda, pela qual desce, agora limitando com o município de Marechal Cândido Rondon, até sua barra no Arroio Guaçu e, por este até sua confluência com o Lajeado Gavião, ponto de partida desta descrição."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) SABINO CAMPOS.

PROJETO DE LEI N.º 363/90  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o município de RAMILÂNDIA, "AD REFERENDUM" do resultado do plebiscito, desmembrado do município de Matelândia, com sede na localidade do mesmo nome, obedecendo as seguintes divisas:

Com o município de Diamante do Oeste: - começa na foz do Rio Roselito, seguindo-se pelo Rio São Francisco Falso - Braço Sul água acima, até a foz do Rio Santa Inês, pelo qual segue água acima, até onde recebe pela sua margem direita, um afluente sem denominação. Com o município de Céu Azul: - começa no Rio Santa Inês, onde este, pela sua margem direita recebe um afluente sem denominação, seguindo-se em linha reta, até a foz do Rio Xaxim no Rio São Francisco Falso - Braço Sul, seguindo-se pelo Rio Xaxim até as divisas entre os Municípios de Céu Azul e Matelândia e a localidade de Ramilândia. Com os municípios de Matelândia e Medianeira - começa na margem esquerda do Rio Xaxim, divisa da localidade de Ramilândia com os municípios de Matelândia e Céu Azul, seguindo-se em linha reta no sentido Oeste até encontrar a linha de divisa da Colonizadora Gaúcha Ltda., na defrontação das cabeceiras, do Rio São Vicente, de onde em reta por uma linha seca no sentido Norte, alcança a foz do Rio Roselito, ponto de partida.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) DAVID CHERIEGATE.

PROJETO DE LEI N.º 364/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O policial militar terá trânsito livre nos transportes coletivos intermunicipais, que circulam em território paranaense.

Parágrafo Único - Para cumprimento do artigo 1º, o policial militar deverá estar fardado, portando suas credenciais.

Curitiba, terça, em 26.06.90

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta que submeto à apreciação e aprovação desta augusta Casa de Leis, pretende oferecer trânsito livre ao policial militar nos transportes coletivos e intermunicipais que circulam no território paranaense.

Sabe-se que o índice da criminalidade cresce de forma galopante e assustadora e os delinquentes não escolhem lugar, hora e "modus operandi" para a prática dos seus delitos. Ultimamente tem sido uma constante os assaltos e ataque a ônibus que circulam por nossas estradas, colocando seus usuários em pânico e sem quaisquer condições de reação. Esses acontecimentos têm sido notícia em todos os jornais. Com a aprovação desta medida e a presença do policial militar, fardado, - mesmo que não seja permanente, oferecerá maior segurança aos passageiros, minimizando o problema que hoje tornou-se uma rotina.

PROJETO DE LEI N.º 365/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Fundo de Financiamento às Micro, Pequena e Média Empresas do Setor Produtivo do Estado do Paraná - FPR, dotado de autonomia financeira e contábil e de caráter rotativo, a ser administrado pelo Banco do Estado do Paraná S/A -, de acordo com o disposto no art. 143 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 2º - O Fundo que trata a presente lei tem por objetivo financiar as atividades produtivas do setor privado, promovendo o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, nos termos do plano estadual de desenvolvimento, sendo reservado, no mínimo 70% (setenta por cento) de seus recursos ao apoio ao mini e pequeno produtor rural e às micro e pequena empresa.

Parágrafo Único - O Fundo destinará, obrigatoriamente, 60% (sessenta por cento) de seus recursos para aplicações em empreendimentos localizados no interior do Estado do Paraná.

Art. 3º - Compete ao Banco do Estado do Paraná S/A, qualidade de Administrador do Fundo, manter o controle e o acompanhamento da aplicação dos recursos, efetuando os registros contábeis necessários.

§ 1º - As operações do Fundo dar-se-ão sob forma de empréstimo de médio e longo prazo.

§ 2º - O prejuízo decorrente de operações que, a despeito de ações administra-

tivas e judiciais promovidas, venha a enquadrar-se como de difícil liquidação, nos termos das normas bancárias vigentes, será absorvido, em partes iguais, pelo Banco Administrador e pelo Fundo.

§ 3º - Nas operações enquadradas em programas de caráter social do Governo Estadual, consideradas de risco operacional acima do normal, sob o ponto de vista bancário, bem como naquelas em que seja contra-indicada a adoção de medidas judiciais face o interesse social prevalecente, a critério do Conselho Diretor do Fundo, os prejuízos acaso apurados serão absorvidos, integralmente, pelo Fundo.

§ 4º - Nos programas de relevante interesse para o desenvolvimento econômico e social do Estado, cujos beneficiários sejam micro e pequena empresa ou mini e pequeno produtor rural, poder-se-á, a critério do Conselho Diretor do Fundo, conceder recursos a fundo perdido, limitado o valor a no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do financiamento.

Art. 4º - Constituem recursos do Fundo Financeiro às micro, pequena e média Empresas do Setor Produtivo do Estado do Paraná - FPR.

I - os de origem orçamentária do Estado do Paraná, correspondentes a 0,75% (zero vírgula setenta e cinco por cento) do produto de arrecadação líquida destinada ao Estado do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS;

II - os reembolsáveis ou não, oriundos da União, Estado e Municípios;

III - encargos financeiros de empréstimos concedidos à conta de seus recursos e os rendimentos de aplicações financeiras; e

IV - outras dotações ou contribuições destinadas ao Fundo.

Art. 5º - O Fundo de Financiamento às micro, pequenas e médias Empresas do Setor Produtivo do Estado do Paraná - FPR, terá um Conselho Diretor com a seguinte constituição:

I - Secretário da Fazenda, que o presidirá;

II - Secretário da Agricultura e Reforma Agrária, Secretário da Indústria e Comércio, Presidente do Banco do Estado do Paraná e Presidente da Federação de micro e pequena Empresa - FECEMP, como demais membros.

Parágrafo Único - As competências e atribuições do Conselho Diretor do Fundo serão definidas no seu Regulamento Geral.

Art. 6º - O Banco do Estado do Paraná S/A. fará jus à remuneração de 2% (dois por cento), a título de taxa de administração, calculados sobre o patrimônio do

Fundo, apurado no final de cada semestre.

Art. 7º - Dos recursos do Fundo reservar-se-á 0,5% (meio por cento) destinado ao ressarcimento de despesas com assistência técnica e gerencial a ser prestada às empresas beneficiárias, calculado sobre o patrimônio do Fundo, no final de cada semestre, contabilizando-se em destacado o apurado sob rubrica própria.

Art. 8º - Os recursos orçamentários definidos no item I do art. 4º desta lei serão liberados, mensalmente, pela Secretaria da Fazenda, a partir do mês de junho de 1990, tomando-se por base a arrecadação líquida de ICMS destinada ao Estado relativa ao mês imediatamente anterior.

Art. 9º - É vedado qualquer financiamento com recursos do Fundo a empresas que se encontrem inadimplentes com o Fisco Estadual ou com o Banco do Estado do Paraná S/A.

Art. 10 - Na hipótese de extinção do Fundo de que trata esta lei, o seu patrimônio líquido reverterá à conta do capital social do Banco do Estado do Paraná S/A como participação acionária do Estado do Paraná.

Art. 11 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a baixar, mediante Decreto, o Regulamento Geral do Fundo de Financiamento às micro, pequena e média Empresas do Setor Produtivo do Estado do Paraná - FPR.

Art. 12 - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 26.06.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

PROJETO DE LEI Nº 366/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE" de Florestópolis, com sede e foro no município de Florestópolis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Florestópolis - APAE" foi fundada em 20 de julho de 1988, é uma sociedade de direito privado, de caráter assistencial, sem fins lucrativos, de duração ilimitada e com sede e foro no município de Florestópolis, comarca de Porecatu, Estado do Paraná.

A entidade em tela tem por finalidades precípuas: manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados destinados ao tratamento, educação, habilita-

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DE GUARAPUAVA" com sede e foro no município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A "ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DE GUARAPUAVA" terá por objetivos básicos promover e desenvolver prática de desportos, intercâmbio esportivo, encontros recreativos, visando aprimoramento da aptidão física dos deficientes; defender e amparar os deficientes, intervindo junto às autoridades públicas, apresentando medida de ordem geral que venham beneficiá-los; promover campanhas cívicas e públicas para recuperação dos deficientes perante a sociedade, lutando para conseguir melhores condições sociais.

PROJETO DE LEI N° 369/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Turvo um terreno com área de 3.200,00 m<sup>2</sup> (três mil e duzentos metros quadrados), ou sejam 40,00 ms. de frente, por 80,00 ms. nas laterais, registrado no Cartório do 3º Ofício do Registro Geral de Imóveis, Comarca de Guarapuava, no Livro de Transcrição das Transmissões de nº 3, sob nº 192, situado no lote 02, da Quadra 01, do loteamento Nossa Senhora Aparecida, local onde funciona a Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.90

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora propomos à apreciação dos nobres Pares, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que no imóvel funciona a Prefeitura Municipal de Turvo.

Esperamos contar com a compreensão dos nobres Pares, e que a propositura em tela tenha um prosseguimento normal e conseqüente aprovação deste Poder.

PROJETO DE LEI N° 370/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Moradores e Amigos da Planta Evaristo Martins Franco",

ção, reabilitação e inserção social do excepcional; promovendo meios para o desenvolvimento de atividades extra curriculares, com colônia de férias, clubes, jardinagem, etc.; estimular o trabalho do excepcional por meio de exposições, de cooperativas, de oficinas protegidas e das medidas que forem julgadas necessárias; desenvolver a cultura especializada e o treinamento de pessoal destinado a trabalhar no campo da educação para excepcional; esclarecer, orientar e auxiliar os pais e amigos na conduta relativa ao excepcional; pleitear junto aos poderes públicos competentes medidas normativas e administrativas, visando os interesses do excepcional; promovendo medidas comunitárias de âmbito municipal e regional, que visam assegurar o ajustamento e o bem-estar do excepcional, onde quer que se encontre; levar o público a conhecer melhor o problema do excepcional e cooperar com as entidades interessadas nos mesmos problemas; diligenciar, por todos os meios de divulgação e apoio a opinião pública e dos órgãos oficiais, para a solução dos problemas do excepcional; organizar a assistência ao excepcional egresso dos estabelecimentos especializados e ao excepcional independentemente de idade; encarregar-se da defesa dos interesses jurídicos do excepcional; angariar e recolher fundos para a realização dos propósitos da Associação.

As razões aqui explícitas nos convencem da oportunidade do presente projeto de lei, para o qual solicitamos o apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 367/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA SANTA MARIA" com sede e foro no município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A "ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA SANTA MARIA", criada em 1979 e registrada em Cartório competente daquele Município, tendo como principais objetivos promover convivência agradável e útil entre seus associados, segundo os melhores preceitos da civilidade social e da solidariedade humana e manter, dirigir e incentivar entre seus associados a recreação, o esporte e a cultura.

PROJETO DE LEI N° 368/90

A Assembléia Legislativa do

com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.90

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

A "Associação de Moradores e Amigos da Planta Evaristo Martins Franco" é uma entidade civil, de tempo e duração indeterminados, com jurisdição definida, não visa fins lucrativos, tendo como objetivos principais: lutar pelos relevantes interesses comunitários; desenvolver programas culturais, desportivos, recreativos e de natureza social de um modo geral; dar assistência social aos necessitados; promover a auto-determinação do ser humano através de sua participação na organização e melhoria da sociedade.

Há mais de dois anos a Associação vem cumprindo extenso calendário de atividades com o objetivo de dar cumprimento a esses propósitos, cujos resultados por todos são reconhecidos na região de atuação da entidade.

Parece-nos que, obedecidos os critérios da Lei, na forma da documentação anexa, o reconhecimento da utilidade pública é uma formalidade, já que a participação ativa da comunidade junto à Associação já é prova de reconhecimento.

É importante destacar o incentivo que o Poder Legislativo proporciona ao espírito associativo, com tal reconhecimento, fomentando essa prática, como forma de organização política e social. O engajamento da população nesses núcleos comunitários é o melhor caminho para a discussão, a análise e viabilização de soluções para os mais diversos problemas.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 372/90  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o município de Ramilândia, desmembrado do município de Matelândia, com sede na localidade do mesmo nome e divisas a seguir especificadas, "ad referendum" do resultado do plebiscito.

- Com o município de Missal, começa no marco divisor dos municípios de Diamante D'Oeste e Missal, daí seguindo por linha reta e seca, no sentido Sul, dividindo-se com o Município de Missal, até a divisa da Colonizadora Gaúcha Ltda, na defrontação da cabeceira do Rio São Vicente; daí seguindo em linha reta e seca, sentido Leste, até a divisa da Colonizadora Gaúcha Ltda; daí seguindo em linha reta e seca, no sentido Sul, até encontrar o marco nº 137, que define os lotes 88, da gleba 09,

do Imóvel Guairacá e lote 94, da mesma Gleba e Imóvel, no travessão que divide a Gleba 08; daí seguindo em linha reta e seca no sentido Leste, divisa das Glebas 06 e 08 do Imóvel Guairacá, até encontrar o marco nº 308m que divide os lotes 140 e 135, da Gleba 06, do imóvel Guairacá; daí seguindo no sentido Norte, até o marco nº 1504, divisa entre os lotes 140 e 135; daí seguindo no sentido Leste, até o marco nº 243, separando os mesmos lotes; daí seguindo no sentido Norte até o marco nº 244m que separa os lotes 106 e 104, da Gleba 06, Imóvel Guairacá; daí seguindo no sentido Oeste até encontrar o marco nº 247, que separa os lotes 105 e 140; daí seguindo no sentido Norte acompanhando as divisas dos lotes 105 e 138, com os lotes 140, 42, 41, 40 e 33, até encontrar o marco nº 269, cravado às margens esquerda da nascente mais alta do Rio Feijão Verde; e daí seguindo por este, água acima e servindo o mesmo de divisa entre o lote nº 34, com os lotes 138, 100, 99, 98, 97, 95, 94, 91, 90 e 89, até o marco nº 55, na nascente do mesmo; daí seguindo no sentido Norte, por linha reta e seca, dividindo-se com os lotes nºs 34 e 89, 87, 86 e 85, até o marco nº 45; daí seguindo no sentido Leste, dividindo os lotes 84 e 34 até o marco nº 44; daí dividindo os lotes 34 e 83, até o marco nº 43 na nascente do Rio São Domingos e através deste, dividindo os lotes 34 dos lotes 83-82-81-80, até o marco nº 36, cravado às margens da Estrada PR-JG-001, e por esta no sentido Leste, dividindo os lotes 80 do 79, da Gleba 06 e lote 20 do 18, da Gleba 04, até o marco nº 277, as margens do arroio Banhadão; daí seguindo no sentido Norte, pelo arroio Banhadão, servindo o mesmo como divisa até encontrar o Rio São Francisco - Falso Braço Sul; daí seguindo o mesmo, água abaixo, até encontrar a divisa dos lotes 06 e 08 da Gleba 03, 1ª e 2ª parte da Colônia Rio Quarto; e por esta até a divisa dos lotes 07 e 08; 09 e 11; daí no sentido Oeste, até encontrar a nascente do Rio Santa Cecília, que divide o lote nº 12 dos lotes 09, 10 e 13, da mesma Gleba; daí seguindo na divisa dos lotes 13 e 17; daí seguindo rumo Oeste, na divisa dos lotes 17-24; 18-24; 18-23; 20-23, da mesma Gleba, até a margem do Rio Pavão, e por este, água abaixo até encontrar o Rio São Francisco - Falso Braço Sul, e por este até a confluência do Rio São João ou Roselito, por este, água acima até a divisa dos lotes 18, da Gleba 02, da 4ª parte e 44, da Gleba 02, da 1ª parte, ambos da Colônia Rio Quarto; daí por linha reta e seca no sentido Sul, divisa dos lotes 44-18, 44-17, 44-05, até o ponto inicialmente descrito ponto de partida.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.90

(a) MÁRIO PEREIRA

Apoio: Nilton Barbosa, Homero Oguido, Pirajá Ferreira e Vera Agibert.

**JUSTIFICATIVA:**

O futuro município de Ramilândia, situado numa região das mais ricas e produtivas do município de Matelândia, com certeza terá viabilidade, pois é provido de infra-estrutura suficientemente forte.

A sede é composta de aproximadamente 400 casas, rodoviária, hospital, posto de saúde, centro de convivência comunitária, creche, subprefeitura com sede própria, colégio estadual, além de escolas isoladas na área rural, quadra de esportes, campo de futebol, posto do correio, posto avançado do Banco do Brasil, e posto do Banco Bamerindus.

Por essas razões é que apresentamos o presente Projeto de Lei, esperando contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa.

**PROJETO DE LEI N° 373/90**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao Município de Tapira, Estado do Paraná, os lotes de terras n.ºs 16 da Quadra 26 e 05 da Quadra 16, da Planta Oficial da Cidade, de propriedade do Estado do Paraná, conforme Sentença Judicial, com trânsito em julgado proferido pelo Juízo da Comarca de Tapira, nos autos de Arrecadação de Bens n° 550/80.

Art. 2° - Os imóveis de que trata o art. 1°, serão destinados, respectivamente à instalação de Centro de Cultura e Hospital Municipal, não podendo, a qualquer tempo serem transferidos a terceiros, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) NILTON BARBOSA

**JUSTIFICATIVA:**

O projeto de lei que ora se submete à douta consideração desta augusta Casa de Leis, e que tem por objeto a doação de imóveis de propriedade do Estado, ao município de Tapira, fundamenta-se, essencialmente, nas aspirações de já muito manifestadas por lideranças políticas locais, juntamente com a administração municipal, com vistas a oferecer à comunidade serviços de melhor qualidade, hoje em face do crescimento sócio-econômico do Município, está sendo prejudicado, pela inexistência de área para instalação de setores prestadores de serviços essenciais.

Considerando que tais aspectos determinam a urgente necessidade de ampliar as instalações da Prefeitura, a fim, como já se afirmou, de melhorar as condições de serviços essenciais à população, houve por bem a atual administração em postular a doação dos citados imóveis, cujas dimensões se adequam às finalidades a que se objetiva.

**PROJETO DE LEI N° 374/90**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública a "FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE ARTESÃOS DO PARANÁ", com sede e foro em Curitiba - PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) RENATO ADUR

**JUSTIFICATIVA:**

A Federação das Associações e Cooperativas de Artesãos do Paraná é sociedade civil, sem fins lucrativos, que visa defender os interesses das entidades artesanais além de pugnar pelo desenvolvimento no Paraná.

Entidade criada em maio de 1985, desde então vem lutando pela dignidade e valorização dos artesãos em nosso Estado.

Reunindo todos os requisitos legalmente exigidos para a declaração de utilidade pública, é entidade merecedora deste reconhecimento, contando assim com o apoio dos nobres Pares.

**PROJETO DE LEI N° 375/90**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica criado o município de NOVO SARANDI, "ad referendum" do resultado do plebiscito, desmembrado do município de Toledo, com sede na localidade do mesmo nome, as seguintes divisas:

"Tomando como ponto de partida a confluência do Arroio Guaçu com o Lajeado Gavião, sobe por este, confrontando com o município de Nova Santa Rosa, até a barra da Sanga Ubiretama, sobe pela mesma até sua cabeceira, daí, pelas divisas entre os lotes rurais n.ºs 43 e 49 do 14° Perímetro até um travessão, pelo qual segue, confrontando à esquerda com o lote rural n° 56 e à direita com os lotes n.ºs 55, 57, 58, 59, 72 e 74, todos do mesmo Perímetro, até a cabeceira da Sanga Paim, pela qual desce até sua barra no Lajeado Jaguarundi, sobe pelo mesmo, confrontando com o município de Vila Nova, em fase de emancipação, até a barra da Sanga Aras Pongas, pe-



la qual sobe até sua cabeceira, daí pela divisa entre o 14° e 15° perímetros, confrontando à direita com os lotes rurais n.ºs 70 e 67 e pela esquerda com os lotes n.ºs 292, 293, 294 e 168, até encontrar o Lajeado Gavião, sobe pelo mesmo até sua cabeceira, daí, por um travessão, confrontando pela esquerda, com os lotes rurais n.ºs 160, 159, 158, 157, 156, 155, 181 e 182, todos do 15° Perímetro, e pela direita com os lotes n.ºs 100 a 111 do 14° Perímetro, até a cabeceira da Sanga Seca, pela qual desce até sua barra no Arroio Guaçu, desce pelo mesmo até encontrar em sua margem esquerda a divisa entre os lotes rurais n.ºs 234 e 235 do 8° Perímetro, segue pela mesma, confrontando ainda, pela esquerda, com o lote n.º 231, até o Lajeado Grande, pelo qual sobe até encontrar, em sua margem esquerda, um travessão, pelo qual segue, confrontando à direita com os lotes rurais n.ºs 133, 132 e 131 e pela esquerda, com o lote n.º 119 e, ainda, por outro travessão, confrontando pela direita com os lotes n.ºs 120, 118, 116 e 114 e, pela esquerda, com os lotes n.ºs 119, 117, 115 e 113, todos do 7° Perímetro, no município remanescente de Toledo, daí, pela divisa entre os lotes n.ºs 114 e 112 até a Sanga Taquaruçu, pela qual sobe até encontrar, em sua margem esquerda, a divisa entre os lotes n.ºs 28 e 31, pela qual segue até o travessão e, por este, confrontando à esquerda com os lotes n.ºs 31 e 33, até a divisa dos lotes n.ºs 30 e 32, pela qual segue até a Sanga 15 de Novembro, a qual atravessa e segue por divisas entre os lotes rurais do 6° Perímetro, limitando, ainda, com o remanescente município de Toledo, confrontando pela direita com os lotes n.ºs 21, 20, 19, 18, 33, 61, 73, 74 e 57 e, pela esquerda, com os lotes n.ºs 22, 30, 31, 32, 62, 72 e 75, onde se chega na Sanga Funda, pela qual desce, agora limitando com o município de Marechal Cândido Rondon, até sua barra no Arroio Guaçu e, por este, até sua confluência com o Lajeado Gavião, ponto de partida desta descrição.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) SABINO CAMPOS

#### JUSTIFICATIVA:

O atual distrito de Novo Sarandi é um dos mais progressistas e desenvolvidos do município de Toledo. Possui na sua sede urbana mais de 200 residências e toda a infra-estrutura necessária para a sua constituição como município, a exemplo de bancos, ligações de água, pavimentação das ruas, serviço telefônico, energia elétrica, cooperativa, etc.

Por ser uma região desenvolvida, com

grande produção agrícola, considerável arrecadação de impostos e por distar 39 quilômetros da sede do município de Toledo, a comunidade de Novo Sarandi reivindica sua emancipação político-administrativa. Por sinal uma reivindicação justa, necessária e urgente.

Trata-se de uma legítima aspiração da comunidade, como atesta o abaixo-assinado em anexo, com 1.200 assinaturas, motivo pelo qual, tenho certeza, receberá o apoio e a aprovação dos nobres Deputados que compõem esta Casa de Leis.

#### Projeto de Lei Complementar:

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 371/90

Art. 1° - Fica instituída na forma do artigo 21 da Constituição do Estado, a Região Metropolitana de Cascavel.

§ 1° - A Região Metropolitana de Cascavel constitui-se dos municípios de: Cascavel, Catanduvas, Três Barras do Paraná, Cafelândia, Nova Aurora, Braganey, Guarniaçu, Capitão Leônidas Marques, Boa Vista da Aparecida, Lindoeste, Santa Tereza, Campo Bonito, Céu Azul e Ibema.

Art. 2° - Nomear-se-á na Região Metropolitana um Conselho Deliberativo, presidido pelo Governador do Estado, e um Conselho Consultivo, criado por Lei Estadual.

§ 1° - O Conselho Deliberativo contará em sua composição, além do Presidente, com cinco (05) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, um dos quais será o Secretário-Geral do Conselho, todos nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista tríplice organizada pelo Prefeito da Sede e outro mediante indicação dos demais municípios integrantes da Região Metropolitana.

§ 2° - O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada município integrante da Região Metropolitana sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3° - Incumbe ao Estado prover, a expensas próprias, as despesas de manutenção do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3° - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - Promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - Coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns;

Parágrafo Único - A unificação da execução dos serviços comuns efetuar-se-á



quer pela concessão do serviço a entidade estadual, quer pela constituição de empresa de âmbito metropolitano, quer mediante outros processos que, através de convênio, venham a ser estabelecidos.

Art. 4º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - Opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana;

II - Sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º - Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a Região:

I - Planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II - Saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviço de limpeza pública;

III - Uso do solo metropolitano;

IV - Transportes e sistema viário;

V - Urbanismo e habitação popular;

VI - Aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental;

VII - Outros serviços que vierem a incluir-se na área de competência do Conselho Deliberativo.

Art. 6º - Os municípios da Região Metropolitana que participarem da execução do planejamento integrado e dos serviços comuns, terão preferência na obtenção de recursos estaduais, inclusive sob a forma de financiamento, bem como de garantias para empréstimos.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) DAVID CHERIEGATE

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela deriva do art. 21 da Constituição do Estado e inspira-se na experiência protagonizada pela União, que estabeleceu a Região Metropolitana de Curitiba, de largo e profícuo desempenho sócio-administrativo.

A iniciativa, concretamente, pretende viabilizar o desenvolvimento harmônico e integrado dos municípios da Região Oeste do Estado, de crescente densidade populacional e franco progresso econômico, uniformizando as ações administrativas consentâneas à organização das populações urbanas.

Objetiva ordenar a tarefa de minimizar os efeitos da acentuada expansão urbana, responsável pelos decréscimos da qualidade de vida, geradores dos desconfortáveis índices de miséria que vêm solapando, indiscriminadamente, toda a Nação.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de registrar a

presença do Senhor Edílio Silva, Vereador de Guaratuba, bem como a do Secretário da Colônia dos Pescadores, Vereador Senhor Alfredo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está devidamente anotado.

Está finda a leitura do Expediente. Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado José Rogério Carvalho.

Não se encontrando presente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PDC se fará uso do seu Horário.

(Declina).

Consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu Horário.

(Declina).

Consulto à Liderança do PSDB.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem tivemos a visita, nesta Assembleia, dos funcionários da Caixa Econômica Federal, trazendo suas preocupações com as demissões que estão ocorrendo naquela instituição. Demissões sem critério, sem obediência às normas legais. São funcionários concursados, estes concursados demitidos, estagiários mantidos no emprego. Há uma convenção coletiva que lhes garante a estabilidade até agosto deste ano.

Enfim, estamos vendo esta revogada de demissões pelo Brasil inteiro. Vemos também as contradições do próprio Governo quando o Secretário João Santana chega a admitir que pode readmitir os demitidos.

Não sei de onde surgiu esta idéia de que 360 mil funcionários a menos na máquina administrativa vai salvar o Brasil. Também não sei de onde se tirou a idéia de que se fazer leilões estapafúrdios, com ampla divulgação, de veículos e aviões, vai salvar o Brasil. Também não sei de onde se tirou a idéia de se dizer que existem marajás no País e que vai puni-los, e fica só na promessa da punição, vai salvar este País. Não sei se este discurso em que se generaliza e se procura mostrar que os médicos estão ausentes dos hospitais, e se estão ausentes devem ser punidos, mas não sei se só isto vai salvar a saúde deste País. Como também não sei se uma simples ordem do Ministério da Educação, determinando a demissão de 30% dos funcionários das universidades federais do Brasil, vá salvar a educação universitária do Brasil.

Estamos assistindo a um espetáculo. Um grande espetáculo. Um discurso que satisfaz aquelas camadas da população, não sei

se convenientemente denominadas de "descamisados" e "pés descalços", e que vêem, neste tipo de mensagem, a oportunidade que eles nunca terão de usar um sapato e de usar uma camisa. Basta a mensagem na televisão de que os funcionários são marajás, de que a classe política é canalha, de que os aviões são um instrumento do privilégio, os veículos só transportam também os privilegiados, se faz deste discurso a oportunidade para satisfazer, para se construir um organismo coletivo de satisfação, ao ver um belo discurso bem transmitido pela televisão.

Não vi até agora um ato de coragem e de soberania em relação à nossa dívida externa. Vi agora o Ministro da Educação dizer que o problema da mensalidade é uma questão do pai e da direção da escola. Depois de cem dias de mudanças de política na questão das mensalidades. Foram várias medidas provisórias e agora chegaram à conclusão que o problema é do pai e da direção da escola, quando na verdade o problema é escola pública, acesso à escola pública gratuita a este povo que não pode pagar mensalidade cara. Se lava as mãos depois de cem dias. Os cem dias, na política educacional, se transformaram no sem nada. Assim como o demais e de resto como tudo o que acontece neste País. Este discurso envernizado que anestesia a grande maioria deste povo que pensa que o novo é apenas isto: é mexer um pouco, envernizar as coisas e mostrar que este País pode ser bonito apenas no discurso.

Enquanto isto, as injustiças continuam as mesmas.

Razão porque hoje estou trazendo a esta Casa um requerimento pedindo à direção da Caixa Econômica a revisão das demissões. São salários de dez, quinze, vinte mil cruzeiros. Meu Deus do céu, para um País que deve 140 bilhões de dólares, dez mil cruzeiros não vão fazer falta à Caixa Econômica Federal.

(Aplausos).

(É-lhe tirado o som).

Para concluir, Senhor Presidente.

Não vai ser um salário de 10 ou 15 mil cruzeiros que vai salvar o Brasil! Na hora em que este Governo decidir retomar uma política habitacional e colocar a Caixa como responsável pelos financiamentos dos inúmeros pedidos que estão aí aguardando uma política habitacional, certamente precisará de funcionários para encaminhar esse projeto; mesmo que não venha a política habitacional, não se justifica esta política de economia de alfinete, de clips, de folha de papel, punindo aqueles que têm a obrigação, antes de punir, de ver em que

situação está este País, com os grandes escândalos financeiros, seria interessante que se explicasse quem foram os beneficiados deste plano Collor, quais os grandes marajás, isto sim, os marajás das finanças, que transformaram seus milhões de cruzados em cruzeiros, que sacaram o seu dinheiro antes da edição do Plano. Aí sim se começaria a fazer justiça neste País.

Não se pune a criança e a mulher do funcionário da Caixa que precisa de 20 mil cruzeiros para viver neste País!

O Sr. Rubens Bueno - Permite um aparte?  
(Assentimento).

Deputado Nereu Massignan, Vossa Excelência traz a esta Casa um assunto extremamente importante, e do ponto de vista administrativo e político, grave. Porque, neste momento, a intranquilidade, o terror, o medo, se implantaram na administração pública federal. E esta Casa não pode deixar de protestar, levar ao conhecimento da população paranaense o quanto vem sofrendo esses servidores públicos federais. Abnegados e dedicados servidores que participaram de concursos, que procuraram ao longo deste tempo demonstrar o amor à causa pública e, de repente, pela vontade do Presidente da República, se ver no olho da rua sem qualquer critério que viesse buscar esse tipo de demissão, esse tipo de enxugamento da máquina administrativa.

Quero crer que Vossa Excelência, em nome do PSDB, em nome de nossa Bancada, está trazendo um assunto, neste momento, de suma importância, haja vista que hoje, passados os primeiros 100 dias, não os 100 dias de Napoleão que chegou a Waterloo e depois exilado em Santa Helena, muito mais que isto, está a caminho melancolicamente já no seu início, a administração pública federal, sob o comando do Presidente Collor de Mello. Esses primeiros 100 dias demonstraram claramente o que a população já está vendo e o erro que cometeu ao eleger o Presidente da República.

(Aplausos).

Mas, de qualquer maneira, basta ver Vossa Excelência que enquanto patrocinados pelo próprio governo federal o descrédito que está sendo feito, via imprensa, contra o Parlamento, é exatamente para tentar com isto desmerecer o Parlamento, onde é o fórum da sociedade, e fazer que se dê mais força a um pretensão futuro ditador neste País. Não podemos concordar com isto de forma nenhuma. Se fosse eleito Luiz Ignácio Lula da Silva, sem dúvida alguma, todos estes mecanismos colocados à disposição para tentar influir perante a opinião pública, seria o fortalecimento do Poder Legislativo, contra o presidencialismo,

contra o Poder Executivo.

Desta maneira, quero parabenizar Vossa Excelência pela oportunidade que traz a esta Casa de discutir este assunto de suma importância. Não podemos concordar que mulheres grávidas sejam demitidas, como estão sendo, sem critério algum. É uma violência ao ser humano e à própria vida!

Muita obrigado! Agradecemos esta oportunidade!

(Aplausos).

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Agradeço o aparte.

Gostaria de registrar também que esta falta de critério é com o ser humano, com o funcionário; mas não é só isso, há um desrespeito generalizado à máquina administrativa. Os veículos do INCRA lá do Sudoeste foram vendidos. Não se faz mais vistoria nos imóveis. O serviço de inspeção federal que fiscaliza o controle do consumo de carne neste País, não existe mais porque os funcionários, na sua grande maioria, foram colocados em disponibilidade, funcionários com três anos de serviço estão em disponibilidade, funcionários com trinta anos de serviço, não estão em disponibilidade, não há critério para nada, o critério é a publicidade, aliás, não sei qual dos dois neste momento disputa melhor a publicidade neste País, se é o Governo Álvaro Dias ou se é o Governo Collor, ambos se imitam, ambos se parecem, ambos são iguais, porque aqui no Paraná também, enquanto se faz a bela publicidade nos jornais, nós vemos hoje a CELEPAR nos trazer aqui um dossiê, que estão em greve, que estão negociando no TRT, e o Governo não dá resposta para nada, aliás não deu resposta à denúncia que aconteceu, dos escândalos que aconteceram na CELEPAR, que é uma empresa estatal. O que se faz por este País, é combater as empresas estatais, sem se entrar no mérito, sem se investigar, quem está lá é a serviço de quem, ao que me consta o Diretor-Presidente da CELEPAR estava lá a serviço das empresas concorrentes dessa empresa estatal. Aí vem o discurso que as estatais são ineficientes, que o Estado não pode interferir, claro, vamos acabar com o Estado, vamos deixar tudo na mão da economia particular, do setor privado e o setor privado vai massacrar a todos, porque se não houver um controle do Estado, nessa ganância econômica que existe neste País, o que existe hoje de miséria, de injustiça, vai se transformar num projeto para o século XXI, miséria e injustiça, para a maioria do povo, privilégio para o controle do domínio dos oligopólios, dos monopólios, e das indústrias exploradoras deste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PDC com a palavra.

(Declina).

PDS com a palavra.

(Declina).

PDT com a palavra.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "A tendência para enxugar a máquina administrativa transformou-se, para alguns, em fixação. Governar não é mais construir estradas, nem promover o desenvolvimento, muito menos distribuir justiça. É enxugar a máquina.

Os números do enxugamento são apresentados ao povo como a cabeça do dragão da maldade - acabou o perigo, estamos todos enxutos e salvos.

Menos governo não é, necessariamente, uma solução. No máximo, é um meio de encontrar soluções para a falta de dinheiro do poder público, hoje minorada com a perspectiva de um superávit equivalente a dois por cento do produto interno bruto.

Isso não acontece exclusivamente no Brasil. Os países desenvolvidos enfrentaram a questão das aparatosas máquinas oficiais e muitos decidiram cortar as gordurinhas, o resultado, em todos os países, foi uma multidão de empobrecidos e desassistidos votando contra o Governo. Primeiro foi a derrota dos líderes políticos nos Paramentos, seguido de baixíssimos índices de popularidade, como no caso da primeira-ministra inglesa, a Dama-de-Ferro, Margareth Thatcher.

Dentro da proposta de enxugar a máquina, levada a rédeas pelo Presidente Fernando Collor de Mello, estão as polêmicas demissões.

Através de uma recente medida, tomada pelo Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Lafayette Coutinho, constante da Portaria nº 1102/90, foram demitidos 6.000 empregados da Caixa, além de 8.500 estagiários.

O ato atingiu indiscriminadamente trabalhadores aprovados em concursos e que preenchiam rigorosamente o seu horário de serviço. Com efeito, pais de família, arrimo de lares destituídos de quaisquer recursos, mulheres em licença maternidade, mulheres grávidas, todos sumariamente dispensados, sem qualquer causa que pudesse amparar uma medida tão drástica e inegavelmente cruel.

A medida não prejudicou apenas os dispensados, mas, principalmente, o Estado, que se viu privado de centenas de empregados que honestamente labutavam para o progresso e o engrandecimento do Paraná e que agora derramam lágrimas amargas na rua da

amargura e do desemprego.

Somente em Curitiba, foram demitidos 350 funcionários concursados, fato que praticamente desativou setores inteiros da Caixa Econômica, com indiscutível prejuízo para a sociedade e para o País.

Enquanto todos nós sabemos que funcionários fantasmas, verdadeiros marajás que recebem polpudos salários sem sequer aparecerem no local de trabalho, permanecem tranqüilamente em suas posições. A presidência da Caixa endossa a demissão de milhares de trabalhadores, num ato sumário e inegavelmente desumano.

Nós, do PDT, e demais Parlamentares, não podemos acreditar, muito menos, avaliar uma reforma administrativa, no Governo Federal, que demita pessoas capacitadas, cumpridoras de suas funções, habilitadas em concurso público, conforme manda a constituição, enquanto há milhares de servidores "calças-curtas", no serviço público, pelo dedo de políticos, muitos sem trabalhar.

Esses que hoje estão sendo colocados na rua pela Caixa, realizaram concurso público em 1988, sendo convocados em 1990 para que, deixando empregos anteriores, imediatamente, assumissem ou desistissem das suas funções para as quais foram aprovados no concurso.

Então, será que agora o cidadão é brinquedo na mão do Governo? Será que o Governo tem o direito de botar a mão nos planos de vida e carreira profissional das pessoas? Será que o desemprego, a fome e a multiplicação dos problemas sociais de toda ordem, contribuirão para o progresso do Brasil e retomada do crescimento? Será que é por aí que tem que partir o Governo Federal?

Parecer que Collor e seus comandados gostam tanto dos tais descamisados, que querem deixar todos nus.

Acima do direito de qualquer governante de promover reformas, está o direito de todo cidadão a uma vida decente e com segurança. Ninguém tem o direito de se promover em cima da miséria e da ruína de milhares de famílias, nem mesmo Sua Excelência, Presidente Fernando Collor de Mello!

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a Bancada do PDT, Partido Democrático Trabalhista, com assento nesta Casa, em hipótese alguma vai avalizar estas demissões, bem a exemplo do PSDB: Partidos unidos, Partidos da Social Democracia Brasileira, vêm a este Plenário convocar os Senhores Parlamentares, para que nos unamos nesta batalha, em defesa dos funcionários da Caixa Econômica, em defesa dos companheiros da CELEPAR, em defesa dos trabalhadores brasileiros, que merecem, acima de tudo, o respeito, a dignidade. Não entraram pela porta dos fundos, entra-

ram por concurso e isso tem que ser respeitado e nós não podemos aceitar.

Concedo o aparte ao Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (Aparte) - Deputado Algaci Túlio, há um detalhe muito importante que eu gostaria de acrescentar ao brilhante pronunciamento de Vossa Excelência.

A Caixa Econômica Federal é uma instituição financeira em que a sua receita é feita pelo trabalho e pelo esforço dos trabalhadores da Caixa Econômica Federal. E agora, exatamente, a punição vem em cima dos economiários, assim como, nos demais trabalhadores do país. Quando se tem que enxugar, quando se tem que fazer alguma coisa para tentar administrar esse descalabro que é o Poder Executivo a nível federal, vem sempre em cima do trabalhador. E neste caso, dos economiários nós queremos deixar bem claro a posição, inclusive, do próprio sindicato dos bancários de Curitiba, da Federação dos bancários do Paraná, juntos somando-se num grande esforço de organização para sustentar esta agressão contra os trabalhadores do sistema financeiro federal.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, para completar, um quadro muito interessante.

Parece-me que na verdade, há um interesse muito grande de enfraquecer a Caixa Econômica em favor dos bancos particulares. Porque, o cidadão Lafaiete, me parece, é alto funcionário de um banco particular e agora envolvido na Caixa Econômica acaba criando todas essas dificuldades. Parece-me que, por trás disso tudo, há um interesse do Governo Federal em enfraquecer a Caixa Econômica, os bancos oficiais neste país em favor dos grandes banqueiros. Este é um outro dado interessante a se colocar aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta à liderança do PFL.

Havendo declinado, consulta à liderança do PTB.

Havendo declinado, consulta à liderança do PRN.

Havendo declinado, consulta à liderança do PMDB.

Havendo declinado, consulta à liderança do PL.

Havendo declinado, consulta à liderança do PT.

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 45 Senhores Deputados.

A Mesa hipoteca integral solidariedade às palavras do Deputado Nereu Massignan e Algaci Túlio no referente a Caixa Econômica e CELEPAR.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar, de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 2 (dois) de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento.- Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, devidamente apoiado, constante do expediente. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando preferência de votação para a Proposição nº 77/90.- Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor De-

Curitiba, terça, em 26.06.90

putado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para a Proposição nº 42/90.- Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei Complementar nº 338/90.- Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação, acima aprovados:

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 77/90, VETO aposto ao Projeto de Lei nº 50/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que cria o Município de Pirapó, com território desmembrado do Município de Apucarana, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.

OF/DTL/Nº 98/90

Curitiba, 24 de maio de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 060/90, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 050/90, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a criação do Município de Pirapó, com território desmembrado do Município de Apucarana, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas que especifica.

O veto apostado decorre da informação contida no Of. P. 152/90 do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, onde assevera que, de acordo com os levantamentos efetuados em folhas topográficas, a distância verificada entre os perímetros urbanos de Apucarana e do Município a ser criado apresenta-se inferior a 10 km, ferindo desta maneira o disposto no art. 6º, item I da Lei Orgânica dos Municípios. Assim, em face da ausência dos requisitos exigidos pela Lei para a constituição válida do Município, não resta outra alternativa senão a de negativa de sanção ao Projeto.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

VETO.

Razões em separado.

Em 24/05/90.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

PROJETO DE LEI N° 050/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado, "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Pirapó, com território desmembrado do Município de Apucarana, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas assim especificadas:

"Começa na foz do Ribeirão dos Dourados, no Rio Pirapó, sobe por este até a foz do Ribeirão Ipiгуá pelo qual sobe até a sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a nascente do Córrego Hacotiara e por este abaixo até o Ribeirão Maraté, pelo qual sobe até a sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a Estrada Municipal n° 100, divisória com o Município de Cambira, seguindo pela referida estrada rumo Norte até seu cruzamento com o Ribeirão dos Dourados, daí desce por este até a sua foz no Ribeirão Pirapó, ponto de partida.

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO

"Princiпиando no cruzamento da BR-369 com a Travessa Manduca, segue pela Travessa Manduca até a linha férrea; deste ponto segue pela linha férrea até a Travessa Sirmema; deste ponto segue pela Travessa Sirmema até a Avenida André Hernandez; deste ponto segue pela Avenida André Hernandez até a Rua Graúna; deste ponto segue pela Rua Graúna passando pela divisa dos Lotes 222, 219 e 218; deste ponto segue pelo Lote n° 218 até a Rua Itaguaçu, seguindo pela Rua Itaguaçu até a Rua Maraté; deste ponto segue pela Rua Maraté até a divisa do Cemitério, contornando e incluindo o Cemitério até a Rua Erwin Schindler; deste ponto segue pela Rua Erwin Schindler até a Rua Itaguaçu; deste ponto segue pela Rua Itaguaçu até o seu final; nos fundos do campo de esportes, deste ponto segue pela divisa do campo de esportes e do Lote n° 225 até a divisa do Lote n° 184; deste ponto segue pela divisa do Lote n° 184 até uma estrada; deste ponto segue pela estrada até a Rua André Hernandez, deste ponto segue pela Rua André Hernandez até a divisa do Lote n° 227; deste ponto segue pela divisa dos Lotes de n°s 227, 228 e 62 até a BR-369; deste ponto segue pela BR-369 até a Travessa Manduca, ponto de partida".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 19.04.90.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

A Mesa esclarece ao Plenário que para a votação da Proposição n° 77/90, veto

aposto ao Projeto de Lei n° 50/90, adotará o disposto pelo parágrafo 4° do artigo 71 da Constituição Estadual, ou seja a votação será por escrutínio secreto.

O Senhor 1° Secretário fará a chamada para a votação, em número de duas. Ao ser chamado o Deputado deverá dirigir-se à mesa dos trabalhos onde receberá sobrecarta rubricada, do Senhor 1° Secretário, após o que deverá dirigir-se à cabine indevassável, localizada à direita da Mesa, onde em seu interior encontrará as cédulas de votação, contendo as expressões, SIM ou NÃO.

Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto deverão manifestar-se usando as cédulas com a expressão SIM; os contrários à manutenção do veto deverão utilizar as cédulas contendo a expressão NÃO.

Após ter feito a sua opção de voto o Senhor Deputado deverá colocar a cédula na sobrecarta rubricada depositando-a na urna que se encontra sobre a mesa.

A Presidência deseja salientar que para a rejeição do veto e conseqüente aprovação do projeto será necessário que 28 Senhores Deputados votem NÃO.

O SR. EDUARDO BAGGIO (Pela ordem) - Senhor Presidente, pelo que eu saiba eu tinha um pedido de preferência de votação, dado entrada na data de ontem e foi votado primeiramente para a Proposição n° 42/90. Eu solicito que Vossa Excelência coloque em votação primeiramente este meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa a Vossa Excelência que o requerimento de Vossa Excelência foi posterior ao do Deputado Orlando Pessuti. Requerimento só vale na sessão correspondente à matéria; logo em seguida do Deputado Pessuti o seu foi aprovado também.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela ordem) - Senhor Presidente, pedimos pela ordem para prestar alguns esclarecimentos aos Senhores Deputados e dizer aos Senhores Deputados os motivos pelos quais pedimos aos Senhores Deputados que na apreciação do veto votem NÃO, que rejeitemos o veto.

Nós temos aqui na Assembléia Legislativa, tramitando, diversos projetos de criação de Municípios e outros tantos, perto de 50, talvez, já foram por nós aqui aprovados. E apenas e tão somente este de Pirapó recebeu de Sua Excelência o Governador, o veto, em cima de uma motivação feita pelo Prefeito de Apucarana, José Domingos Scarpellini; junto ao ITCF, que tomou por base a Lei Complementar n° 27, diga-se de passagem, ainda em vigor, mas, no nosso entendimento, já ultrapassada, porque cada Município já tem a sua Lei Orgânica Municipal, e tomou por base apenas o

questito que diz que o Município para ser criado tem que estar a 10 quilômetros de distância do perímetro urbano.

Todos nós sabemos que, nos dias de hoje, com a urbanização constante e com as pessoas deixando o meio rural e vindo morar na cidade os perímetros urbanos das cidades dos distritos, estão se alongando e aproximando-se uns dos outros, razão porque não se justifica mais este impedimento para se criar um Município, apenas pelo caráter da distância ser superior a 10 quilômetros ou não.

Por esta razão nós conclamamos aos Senhores Deputados no sentido de que votem NÃO, para que possamos dar à comunidade de Pirapó a condição de emancipado, para que possa através de um plebiscito se manifestar e os ajustamentos que se fizerem necessários, de divisas, poderão, na sequência, serem feitos, serem processados, como já ocorreu nesta Casa, quando da criação do Município de Godoy Moreira, de Rosário do Ivaí, de Corumbataí do Sul e tantos outros.

Então nós pedimos aos Senhores Deputados, porque esta é a vontade da comunidade de Pirapó, que votemos NÃO e que venhamos a dar a este Município a condição de Município para que, posteriormente, possamos então, se necessário ajustar a questão das divisas.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) -  
Procede-se à chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, pela ordem.

Antes de Vossa Excelência proclamar o resultado do veto, gostaria de justificar, Senhor Presidente, que a Bancada do PMDB votou liberada, em razão de que, nós aprovamos nesta Casa, 50, 60, criações de municípios; e, há o veto sobre a criação de um município obviamente originado em razão de distância da sede do Município com o Município desmembrado.

Eu entendo razões do próprio Governador, de ele proceder o veto, porque a documentação vinda do IBGE coloca este empecilho para legalidade.

No entanto, nós achamos, se todos os outros Municípios foram aprovados nesta Casa, não há razão para que venhamos fechar uma questão de manutenção de veto quando, se este problema acontecer, acontecerá na justiça com muitos dos Municípios que nós votamos aqui por iniciativa do Prefeito Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - ...Votaram 41 (quarenta e um) Senhores Deputados.

Designo uma Comissão constituída pelo

Deputado Nereu Massignan, Algaci Túlio, Ferrari Júnior e Caíto Quintana, para a Comissão Escrutinadora.

Qualquer impugnação deverá atender o que acha disposto nos artigos n's 169 e 171 do Código Eleitoral, conforme decisão anteriormente adotada pela Mesa, ou seja, deverá ser formulada antes da proclamação do resultado.

Pela rejeição do veto - 26 Senhores Deputados.

Pela manutenção do veto - 7 Senhores Deputados.

Votos em branco - 2.

Votos nulos - 6.

Está mantido o veto.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 42/90, de autoria do PODER EXECUTIVA (Mensagem nº 53/90), que solicita autorização da Assembléia a fim de que o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, possa celebrar convênio com a Associação Comercial e Industrial de Paranavaí, com o objetivo de promover e divulgar as oportunidades e as potencialidades regionais. Aprovada. (Public. no DA nº 26, de 26.03.90, Mensagem)

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 338/90, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que equipara os níveis de vencimentos dos policiais que exerceram os cargos de inspetor e guarda de trânsito aos das classes iniciais das carreiras de detetive e agente de segurança, respectivamente. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

#### COMISSÃO GERAL

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 338/90

#### PARECER:

O presente plano de lei de autoria do Deputado Acir Mezzadri, tem por finalidade equiparar níveis de vencimentos dos policiais que exerceram os cargos de inspetor e guarda de trânsito aos das classes iniciais de detetive e agente de segurança.

Sob o aspecto constitucional não há nada que impeça a normal tramitação deste projeto de lei pelos órgãos competentes deste Poder.

Assim sendo, esta Comissão Geral, chamada a opinar, manifesta-se FAVORAVELMENTE a aprovação da medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto



Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 3 (três) sessões, do Projeto de Lei Complementar n° 338/90. Aprovado.

Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia, por 3 (três) sessões, o Projeto de Lei Complementar n° 338/90.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 30/90, de autoria do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que estabelece critérios e normas para a execução da Política Habitacional do Estado do Paraná, regulamentando os artigos 212 e 213 da Constituição do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO.

Aprovada a emenda do Deputado Nereu Massignan, fica prejudicado o projeto. Os Senhores Deputados que apóiam a emenda substitutiva geral queiram conservar-se como estão. Aprovada.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação. A Mesa solicita aos Senhores Deputados que tomem assento em seus lugares.

Os Senhores Deputados que aprovam o substitutivo do Deputado Nereu Massignan, queiram levantar-se.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e dois (22) Senhores Deputados rejeitam o substitutivo.

Está rejeitado.

Em votação o projeto.

Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, gostaria de registrar o meu voto contrário ao projeto do Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será devidamente registrado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o projeto não é de minha autoria. O Projeto é de autoria do Deputado José Afonso Júnior.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Mas Vossa Excelência votou junto com ele, então é a mesma coisa.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 305/90, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que dispõe sobre o registro obrigatório, o licenciamento e a fiscalização dos estabelecimentos de hospedagem no Estado do Paraná. Aprovado. (Publ. no DA n° 53, de 15.05.90)

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n° 63/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de FLOR DA SERRA. Aprovado. (Publ. no DA n° 61, de 28.05.90).

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 365/89, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Com EMENDA de Plenário.

Emenda. Aprovada.

Projeto. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 47/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria o Município de BRASILÂNDIA, com território desmembrado do Município de Alto Piquiri com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, emenda modificativa corretiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### PROJETO DE LEI N° 47/86

#### EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA DE PLENÁRIO

No artigo 1° do Projeto de Lei n° 47/86, onde se lê: BRASILÂNDIA, leia-se BRASILÂNDIA DO SUL.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Antônio Annibelli, Algaci Túlio, Ferrari Júnior, Luciano Pizzatto, Renato Adur.

Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 74/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dá nova redação ao art. 1° da Resolução n° 40/89. (Fica fixado em 1/3 do subsídio fixo do Deputado Estadual a pensão paga às viúvas de ex-Deputados Estaduais). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

O SR. PAULINO DELAZERI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu quero que se registre meu voto contrário a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está devidamente registrado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 09/90, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor RONAN TITO e de Benemérito do Paraná ao Senhor FRANCISCO DA CUNHA PEREIRA FILHO. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva geral de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 09/90

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Gernote Kirinus, visa conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Ronan Tito e de Benemérito do Paraná ao Senhor Francisco da Cunha Pereira Filho.

Analisando o mesmo, vemos que este encontra-se de conformidade com a Lei n° 5.638/67, que regulamenta as condições essenciais para a concessão de Benemerência ou Cidadania Honorária Paranaense.

Assim sendo, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.06.90.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente  
PIRAJÁ FERREIRA  
Relator

PROJETO DE LEI N° 09/90

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senador RONAN TITO e presta uma homenagem especial ao Cidadão Benemérito do Paraná, Doutor FRANCISCO DA CUNHA PEREIRA FILHO.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(a) GERNOTE KIRINUS  
Apoio: Sabino Campos, Werner Wanderer, Erondy Silvério, Pirajá Ferreira.

JUSTIFICATIVA:

Em plenário.

Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 127/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 59/90), que autoriza o Poder Executivo a anuir na alienação de parte do imóvel de propriedade do Instituto Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, que aquela entidade pretende realizar. Com PARECER

FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 221/90, de autoria do Deputado Paulino Delazeri, que declara de utilidade pública o Sindicato dos Servidores das Secretarias e Órgãos do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 221/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Paulino Delazeri, tem a finalidade de declarar de utilidade pública o Sindicato dos Servidores das Secretarias e Órgãos do Estado do Paraná.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei n° 6.994/78, que dita as normas para declaração de utilidade pública.

Assim sendo, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY  
Presidente  
PIRAJÁ FERREIRA  
Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 237/90, de autoria do Deputado Gernote Kirinus, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres - APM, da Escola Estadual Semiramis de Barros Braga, com sede e foro no Distrito de Vila Emiliano Pernetá, Município de Piraquara. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 237/90

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Gernote Kirinus, tem a finalidade de declarar de utilidade pública a "Associação de Pais e Mestres - APM da Escola Estadual Semiramis de Barros Braga", com sede e foro no Distrito de Vila Emiliano Pernetá, Município de Piraquara.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei n° 6.994/78, que dita as normas para a declaração de utilidade pública.

Assim sendo, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY  
Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 280/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Florença e localidades vizinhas. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 298/90, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede no Município de Mariluz e foro no Município de Cruzeiro do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 298/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, tem a finalidade de declarar de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede no Município de Mariluz e foro no Município de Cruzeiro do Oeste.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei n° 6.994/78, que dita as normas de declaração de utilidade pública.

Assim sendo, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 322/90, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor André Zacharow. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 322/90

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, visa conceder título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor André Zacharow.

Analisando o mesmo, vemos que este se encontra em conformidade com a Lei n° 5.638/67, que regulamenta as condições essenciais para a Concessão de Benemerência ou de Cidadania Honorária Paranaense.

Assim sendo, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 343/90, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que institui o plano de carreira dos servidores públicos civis regidos pela Lei Federal n° 5.194/66. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia.

Sobre o referido projeto, substitutivo geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 343/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Hermas Brandão, tem por objetivo instituir o plano de carreira dos Servidores Públicos Civis regidos pelas Leis Federais n°s 5.194/66 e 5.517/68 com modificações posteriores, na Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado.

Ao proceder-se a análise legal, constitucional e regimental do presente plano de lei, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa pelos órgãos competentes desta Casa de Leis, tendo esta Comissão a obrigação de ressaltar o elevadíssimo aspecto meritório da iniciativa, pois há muito urgência providências no sentido de melhorias às categorias envolvidas, de modo a assegurar-lhes as garantias advindas da promulgação das Constituições Federal e Estadual.

Nestas condições, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do projeto na forma do Substitutivo Geral que apresentamos em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUCIANO PIZZATTO

Relator

SUBSTITUTIVO GERAL AO

PROJETO DE LEI N° 343/90

Art. 1° - Fica instituído o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, regidos pelas Leis Federais n°s 5.194/66 e 5.517/68 com modificações posteriores, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Os atuais servidores portadores de diplomas de nível superior definidos neste artigo serão enquadrados no presente Plano de Carreira, na conformidade do disposto nesta lei.

Art. 2º - A carreira objeto desta lei será estruturada em 05 (cinco) classes, na forma do Anexo I.

Art. 3º - O ingresso na carreira de que trata a presente Lei dar-se-á na classe inicial, mediante concurso público.

Art. 4º - O concurso de ingresso na carreira será realizado, obrigatoriamente, quando o número de vagas exceder a 05% (cinco por cento) do Quadro respectivo e facultativamente, sempre que o reclamar o interesse público, a juízo do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único - O edital conterá, no mínimo, as matérias sobre as quais versarão as provas, os respectivos programas, critérios de avaliação dos títulos e número de vagas existentes.

Art. 5º - O concurso público compreenderá provas escritas e oral e avaliação dos títulos.

§ 1º - A avaliação se dará da seguinte forma:

I - Nas provas escrita e oral cada membro da Comissão dará sua nota, na escala de 0 (zero) a 10 (dez), extraíndo-se a média aritmética, que constituirá o resultado final do candidato em cada prova.

II - A nota atribuída aos títulos não poderá, na sua avaliação total, ultrapassar 02 (dois) pontos.

§ 2º - A média aritmética do resultado final das provas escrita e oral, acrescida da nota dos títulos, será o grau final de cada candidato.

Art. 6º - Na avaliação dos títulos somente serão computáveis:

I - Título de Doutor nas áreas específicas da carreira, conferido por estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido e, bem assim, por estabelecimento estrangeiro, desde que revalidado no País.

II - Título de docente, havido em concurso, em faculdade oficial ou reconhecida.

III - Título de Mestrado ou diploma de curso de especialização ou extensão universitária, ou equivalente, com duração igual ou superior a 02 (dois) anos, ministrados por estabelecimentos de ensino superior oficial ou reconhecido, ou por estabelecimento estrangeiro, devidamente revalidado no País.

IV - Certificado de conclusão de curso de especialização ou de extensão universitária, ou equivalente, com duração inferior a dois anos, ministrado por estabelecimento oficial ou reconhecido, ou por estabelecimento estrangeiro, devidamente revalidado.

V - Certificado de graduação em outros cursos de nível superior.

VI - Obra técnica editada.

VII - Artigo, comentário ou parecer

técnico editado.

VIII - Exercício, por mais de 01 (um) ano, de cargo ou função de natureza profissional em entidade da Administração Pública.

Parágrafo Único - Os candidatos aprovados apresentarão seu título no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da publicação do resultado das provas.

Art. 7º - Será considerado aprovado o candidato que obtiver grau final ou superior a 05 (cinco).

Art. 8º - O prazo de validade do concurso é de 02 (dois) anos, prorrogável por igual período, a partir da homologação, podendo ser nomeados nesse período, a critério do Chefe do Poder Executivo, na ordem de classificação, candidatos aprovados em número não superior ao dobro de vagas existentes na data de abertura do concurso.

Art. 9º - Os cargos iniciais da carreira de que trata esta Lei estão providos em caráter efetivo, por nomeação, obedecida a ordem de classificação no concurso público.

Art. 10 - Os ocupantes da carreira de que trata esta lei sujeitam-se a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, assegurado o pagamento da gratificação de que trata o inciso III, do artigo 172, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1974, no percentual de 100% (cem por cento) sobre seus vencimentos.

Parágrafo Único - Fica facultado ao servidor optar por jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, com redução proporcional dos vencimentos.

Art. 11 - Fica criada uma Comissão Paritária, composta, no mínimo, por três membros indicados pelo Poder Executivo, dois membros indicados respectivamente pelos Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV -, e três membros indicados respectivamente, pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná - SENGE -, Sindicato dos Arquitetos no Estado do Paraná - SAEP - e Sindicato dos Veterinários no Estado do Paraná - SMV -, com as seguintes atribuições.

I - Compor a Comissão encarregada da aplicação das provas nos concursos públicos afeto à carreira.

II - Compor a Comissão encarregada da avaliação de títulos.

III - Compor a Comissão encarregada da avaliação de antiguidade e mérito, para efeito de promoções.

IV - Compor a Comissão encarregada de proceder ao enquadramento e reclassificações.

Art. 12 - A promoção consiste na elevação dos membros da carreira de uma classe para outra imediatamente superior.

§ 1º - As promoções serão processadas

semestralmente, para vagas ocorridas a 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, segundo os critérios de antigüidade e merecimento.

§ 2º - Consideram-se vagas, para efeito deste artigo, também as decorrentes das promoções nele previstas e abertas sucessivamente nas respectivas classes.

Art. 13 - A promoção na carreira de que trata esta lei será feita de classe em classe, pelos critérios de antigüidade e merecimento, alternadamente, após a ocorrência de vagas.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado da Administração fará publicar, semestralmente, no Diário Oficial do Estado, a relação de vagas existentes nos respectivos órgãos da Administração Pública Estadual, para efeito do cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 14 - Somente após 02 (dois) anos de efetivo exercício na respectiva classe poderá o servidor ser promovido por qualquer dos critérios indicados.

§ 1º - Quando não houver candidato que satisfaça ao requisito deste artigo, poderá, por antigüidade ou por merecimento, concorrer à promoção o servidor que contar, pelo menos, com tempo superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de efetivo exercício.

§ 2º - O servidor promovido passará, na classe superior, a contar novo interstício para efeito de nova promoção.

Art. 15 - Os servidores aptos à promoção habilitar-se-ão mediante requerimento dirigido a quem de direito, efetuado no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação a que se refere o Parágrafo Único do artigo 13 desta lei.

Art. 16 - Não poderá concorrer à promoção por merecimento:

I - Quem tenha ingressado na carreira há menos de 02 (dois) anos.

II - Quem não esteja com os serviços em dia ou tenha sofrido pena disciplinar nos 12 (doze) meses anteriores à elaboração da lista.

Art. 17 - A antigüidade será apurada pelo tempo de efetivo exercício na classe, apurado em dias.

§ 1º - A Secretaria de Estado da Administração fará publicar no Diário Oficial do Estado, em janeiro e julho de cada ano, a lista de antigüidade dos servidores de carreira, por órgão, constando a contagem de tempo de serviço na categoria profissional, na classe e no serviço público estadual.

§ 2º - As reclamações contra a lista de antigüidade deverão ser apresentadas no prazo de 05 (cinco) dias, contados da respectiva publicação.

§ 3º - O empate na classificação por antigüidade resolver-se-á favoravelmente

ao candidato que tiver:

- a) maior tempo de serviço na carreira;
- b) maior tempo de serviço público estadual;
- c) maior tempo de experiência profissional anterior ao serviço público;
- d) maiores encargos de família;
- e) mais idade.

Art. 18 - O mérito para efeito de promoção será aferido em atenção à competência profissional, eficiência no exercício da função pública, dedicação e pontualidade no cumprimento das obrigações profissionais e aprimoramento da cultura técnica.

Art. 19 - Os vencimentos básicos da carreira de que trata esta lei serão os constantes da Tabela do Anexo I, reajustados segundo a legislação salarial em vigor, mantidos os percentuais de diferença entre as classes.

Art. 20 - Aos ocupantes da carreira de que trata esta lei fica assegurada a percepção das vantagens constantes dos artigos ns. 140, inciso III; 159 e 169, I, II, III, IV, V e VII, da Lei n. 6.174/70.

Parágrafo Único - Os adicionais por tempo de serviço de que trata o inciso I, do art. 169, da supramencionada lei, serão calculados na forma prevista pelo art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal, até o máximo de 07 (sete) quinquênios, à razão de 5% (cinco por cento) a cada cinco anos de serviços.

Art. 21 - Aos ocupantes da carreira de que trata esta lei fica assegurada a percepção de gratificação de responsabilidade técnica, no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre os seus vencimentos, computados para todos os efeitos legais.

Art. 22 - O Chefe do Poder Executivo procederá ao enquadramento dos atuais servidores que preencham o requisito necessário ao exercício das profissões a que se refere as Leis Federais ns. 5.194/66 e 5.517/68, observado o princípio constante do inciso II, do art. 34, da Constituição Estadual, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação da presente lei, obedecido o valor dos salários da data do enquadramento.

Art. 23 - Imediatamente após o enquadramento a que se refere o art. anterior será procedida à reclassificação dos servidores, mediante a sistemática seguinte:

I - Após o enquadramento, reclassificar-se-ão, inicialmente, os servidores pelos critérios a seguir definidos, aplicando-se o mais favorável:

- a) por titulação:
  1. graduação - classe 5;
  2. curso de especialização, aperfeiçoamento ou atualização profissional, cujo somatório resulte em um total de 180 (cento e oitenta) horas - Classe 4;

3. curso de especialização, aperfeiçoamento ou atualização profissional, cujo somatório resulte em um total de 360 (trezentas e sessenta) horas ou outros de nível superior - Classe 3;

4. título de Mestrado - Classe 2;

5. título de Doutorado - Classe 1;

b) por tempo de serviços público estadual:

1. até sete anos, inclusive - Classe 5;

2. de sete anos e um dia até quatorze anos, inclusive - Classe 4;

3. de quatorze anos e um dia até vinte e um anos, inclusive - Classe 3;

4. de vinte e um anos e um dia até vinte e oito anos, inclusive - Classe 2;

5. de vinte e oito anos e um dia até trinta e cinco anos - Classe 1;

II - Após a etapa prevista no inciso I, complementar-se-á a reclassificação segundo a seguinte pontuação, correspondendo à somatória de cada 07 (sete) pontos uma promoção para classe imediatamente superior.

a) tempo de efetivo serviço profissional, devidamente comprovado, anterior ao ingresso no serviço público - 0.9. ponto/ano.

b) tempo de serviço prestado ao Estado, em outras funções - 0.7 ponto/ano;

c) exercício de funções de direção, representação e participação em conselhos ou órgãos coletivos de administração - 1 ponto ano;

d) exercício de funções de chefia, assessoria, gerência ou coordenação - 0.8 ponto/ano;

e) fiscalização - 0.6. ponto/ano;

f) participação em comissões de licitação, avaliação, sindicância e serviços especiais - 0.1 ponto/participação, até o limite de 07 (sete) pontos;

g) livro publicado - 1.2.pontos;

h) artigo de pesquisa publicado - 0.9 ponto;

i) nota científica prévia - 0.5.ponto;

j) capítulo de livro - 0.6 ponto;

k) organização de livro - 0.5. ponto;

l) participação em comitê editorial - 0.5 ponto;

m) artigo de imprensa - 0.2.ponto;

n) trabalho premiado - 1 ponto;

o) curso ministrado - 0.3. ponto;

p) conferência proferida - 0.3 ponto;

q) participação em simpósio - 0.3 ponto;

r) comunicação de trabalho com resumo publicado 0.6 ponto;

s) comunicação de trabalho sem resumo publicado 0.2.ponto;

t) coordenação de mesa - 0.2 ponto;

u) coordenação de grupo de trabalho - 0.2 ponto;

v) simples presença, comprovada através de certificado de frequência ou similar - 0.02 ponto.

Parágrafo Único - No resultado do computo geral da pontuação a que se refere este artigo, será computado como ponto inteiro qualquer fração superior a 0.5 (cinco décimos de ponto).

Art. 24 - No prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data da publicação da presente lei, o Poder Executivo realizará concurso para fins de efetivação, conforme dispõe o § 1º, do art. 19 do Ato das Disposições Transitórias, da Constituição Federal, no qual estão inscritos de ofício os servidores que tenham sido abrangidos por aquela estabilidade.

Parágrafo Único - A nomeação dos aprovados dar-se-á no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do resultado do concurso, sendo criado o número de cargos equivalente ao dos aprovados, cujas vagas originárias serão automaticamente extintas.

Art. 25 - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a realizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da nomeação dos aprovados no concurso a que se refere o artigo anterior, concurso público para preenchimento das vagas remanescentes nos respectivos órgãos da administração pública direta, autárquica ou fundacional.

Art. 26 - Os aposentados serão enquadrados observada a correspondência entre as classes nas quais ocorreu a aposentadoria e as criadas por esta lei.

Art. 27 - Aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições constantes da Lei n. 6.174/70.

Art. 28 - As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária do Poder Executivo.

Art. 29 - O Chefe do Poder Executivo regulamentará, no que couber, no prazo de 30 (trinta) dias, as disposições desta lei.

Art. 30 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em  
Presidente  
Relator

#### ANEXO I

#### TABELA DE VENCIMENTOS BÁSICOS

|                |                                   |
|----------------|-----------------------------------|
| CLASSE 1 ..... | Cr\$ 126.711,05<br>diferença: 05% |
| CLASSE 2 ..... | Cr\$ 120.677,19<br>diferença: 10% |
| CLASSE 3 ..... | Cr\$ 109.706,54                   |

diferença: 20%

CLASSE 4 ..... Cr\$ 91.422,12  
diferença: 50%

CLASSE 5 ..... Cr\$ 60.948,08

Mês de referência: março de 1990.

Ainda, sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 3 (três) sessões, do Projeto de Lei n. 343/90. Aprovado. Fica portanto, retirada da Ordem do Dia por 3 (três) sessões, o Projeto de Lei n. 343/90.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 346/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que institui piso salarial mínimo às categorias regidas pela Lei Federal n.º 5.194/66 e demais alterações, na administração indireta e fundacional do Poder Executivo do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, substitutivo geral da Comissão Geral, nos seguintes termos:

## COMISSÃO GERAL

## PROJETO DE LEI N.º 346/90

## PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, tem por finalidade instituir piso salarial mínimo às categorias profissionais regidas pelas Leis Federais n.ºs 5.194/66 e 5.517/68 com alterações posteriores, na base de 09 (nove) salários-mínimos, para uma jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais, na Administração Indireta e Fundacional do Poder Executivo Estadual, concedendo aos mesmos uma gratificação por responsabilidade técnica no percentual de 40% (quarenta por cento), sobre os vencimentos.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental do plano de lei em tela, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, encontrando-se o mesmo, em condições de ser apreciado pelo Egrégio Plenário na forma do Substitutivo Geral que apresentamos em anexo.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do projeto na forma do substitutivo geral em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

EDUARDO BAGGIO - Relator.

## SUBSTITUTIVO GERAL

## PROJETO DE LEI N.º 346/90

Art. 1.º - Fica estabelecido o piso salarial de 09 (nove) salários-mínimos, para uma jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais, aos servidores públicos civis da Administração Indireta e Fundacional do Poder Executivo do Estado do Paraná, regidos pelas Leis Federais n.ºs 5.194/66 e 5.517/68 com modificações posteriores.

Art. 2.º - Institui a gratificação de responsabilidade técnica, no percentual de 40% (quarenta por cento), sobre os vencimentos da categoria referida no artigo anterior, para todos os efeitos legais.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

EDUARDO BAGGIO - Relator.

Ainda, sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 3 (três) sessões, do Projeto de Lei n.º 346/90. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia por 3 (três) sessões o Projeto de Lei n.º 346/90.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 75/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, que autoriza a realização de plebiscito objetivando a transferência de área territorial dos Municípios da Lapa e Araucária para o Município de Contenda. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

## COMISSÃO GERAL

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 75/90

## PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria da Comissão Geral, visa autorizar a realização de plebiscito objetivando a transferência de área territorial dos Municípios da Lapa e Araucária para o Município de Contenda.

Considerando-se que o projeto de lei que deu origem ao Projeto de Resolução n.º 75/90, teve parecer favorável da Comissão Geral, tendo sido aprovado pela mesma, conclui-se que os requisitos necessários para a realização de plebiscito para transferência de área territorial foram atendidos.

Assim sendo, esta Comissão Geral manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

PIRAJÁ FERREIRA - Relator.



1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 77/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que acresce 14% aos vencimentos dos funcionários efetivos, inativos, celetistas e cargos em comissão simbologia G desta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 77/90  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - Ficam acrescidos de 14% (quatorze por cento), os vencimentos dos funcionários efetivos, inativos, celetistas e cargos em comissão simbologia G desta Assembléia Legislativa.

Art. 2° - Servirá como fonte de receita, para a execução desta resolução, as dotações orçamentárias próprias deste Poder.

Art. 3° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos financeiros a partir de 1° de junho de 1990.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.06.90.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de resolução em apreço, tem como escopo, resgatar a defasagem salarial resultante da aplicação do plano "Brasil Novo".

Ressalte-se, ainda, que a aprovação da Resolução n° 28 de 18 de maio de 1990 revogou as Proposições n°s 117/84 e 84/87, que previa o pagamento de verba de representação aos Senhores Deputados desta Assembléia. Tal medida ao lado de outras convenções de despesas de caráter administrativo possibilita o acréscimo de vencimentos proposto nesta resolução.

Esta Comissão Executiva solicita a aprovação dos Senhores Deputados para o presente projeto de resolução.

- Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem)  
- Sr. Presidente, esse Projeto de Resolução n° 77/90 que concede 14% de aumento, é além daqueles 60% que aprovamos para o Poder Executivo?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, esse é só sobre o vencimento anterior. Não se refere a esse projeto.

Sobre a mesa, requerimento de n° 1718, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1704, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1703, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1699, de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1739, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1735, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem)  
- Eu gostaria de um esclarecimento da Mesa, sobre quais os projetos que está sendo requerida Comissão Geral pelo Deputado Caíto Quintana?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - São os Projeto de Lei n°s 361 e 362, que autorizam abertura de créditos suplementares a fim de que se utilize sua votação por esta Casa. Suplementação de verba.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de uma informação da Mesa: Quais os Partidos que ainda não indicaram os componentes da Comissão de Constituição e Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa que é o PDT e o PTB.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Gostaria de fazer um apelo ao PDT e ao PTB para que o fizesse com a máxima urgência, e nós teríamos condições de instalar a Comissão de Constituição e Justiça ainda esta semana. E em razão disto, a bancada do PSDB se coloca contrária à transformação da Assembléia em Comissão Geral para apreciar suplementação de verba do Poder Executivo. Nós já tivemos várias discussões em relação a isto, a Assembléia já foi acusada de omissa em vários momentos, aprovou fechando os olhos, inclusive nós da Oposição também, quanto a certos aspectos constitucionais daquelas mensagens, mas como não tínhamos a mídia para dar a resposta à altura, ao Governo, no final chegamos até a um entendimento, aprovamos um relatório feito pelo Deputado José Rogério Carvalho, mas não podemos repetir isto.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não se pode conceber que o Executivo venha com um pedido de suplementação de verba e nós, num simples repasse de Comissão Geral, façamos a apreciação da matéria.

Além do mais, pergunto à Mesa, também, se estas mensagens não devem passar na Comissão de Orçamento, já que se trata de

suplementação de verba, além da Comissão de Constituição e Justiça, ela deve ser apreciada pela Comissão de Orçamento. Ora, na medida em que ela foi encaminhada à Comissão de Orçamento, haverá tempo de instalação da Comissão de Constituição e Justiça e temos aqui os pareceres das duas comissões a respeito da suplementação. Razão pela qual convoco os integrantes da bancada do PMDB e dos demais partidos da Oposição para que votemos contrário à Comissão Geral para o requerimento do Deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Caíto Quintana conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Caíto Quintana queiram levantar-se.

24 Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento do Deputado Caíto Quintana queiram levantar-se.

11 Senhores Deputados rejeitam. Está APROVADO.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pela ordem, Senhor Presidente.

Levanto uma questão de ordem para ser apreciada pela Mesa. Uma vez constituída a Comissão de Constituição e Justiça, prevalece a decisão da Comissão Geral, mesmo ela estando constituída?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Comissão Geral prevalece sobre todas as comissões, desde que aprovada pelo plenário, como o foi.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - E a Comissão de Orçamento, estando constituída, não poderá apreciar estas mensagens?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Poderá ser apreciada pela Comissão Geral.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Lamento isto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de nº 1738, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1688, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. - Aprova-

do.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela ordem) - É o pedido de regime de urgência? ...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pedido de regime de urgência para o projeto de resolução de autoria da Assembléia para instaurar processo contra o Governador do Estado por crime de responsabilidade. Projeto de autoria do autor do requerimento.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - A Bancada do PSDB se coloca favorável ao requerimento pela aprovação da urgência, já que é público e notório a desobediência do Governador Álvaro Dias à Constituição e às leis que foram promulgadas pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná relativamente ao aumento do funcionalismo público e à anistia que foi concedida ao Magistério. Sabemos que o Magistério já não está mais em greve, mas a condição para que isto acontecesse foi de que os Professores acreditaram que a Lei de Anistia, que V.Exa. tão oportunamente mandou publicar em todos os jornais, está em pleno vigor. Razão porque o Governo deve se prevenir porque no dia 30 agora vencem os 10 dias obrigatoriamente determinado por lei para que ele pague os atrasados do Magistério e dos funcionários em greve, sob pena de, não o fazendo, estar incorrendo em crime de responsabilidade conforme prevê a própria lei. E também se manifesta favorável ao requerimento porque no dia 30 se encerra o período ordinário desse primeiro semestre. E é possível que se tenha que convocar esta Assembléia extraordinariamente para apreciar a desobediência de leis por parte do Governador Álvaro Dias. Razão porque convoco a Bancada do PSDB a votar contra a matéria e inclusive aos demais Partidos.

O assunto é de extrema relevância, é de respeito às decisões do Poder Legislativo, é de respeito às leis. Sem respeito às leis, não há democracia.

(Aplausos).

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu requeiro verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, V.Exa. na reunião anterior, tratada a sua matéria, já havia determinado o envio do presente ofício para a Comissão de Constituição e Justiça de uma forma oportuna, e confesso a esta Casa que deveríamos até cobrar a votação. Temos

certeza que o espírito legislativo deste Plenário haveria de rejeitar este pedido. E mandar para a CCJ seria protelar a discussão. No entanto, para respeitar a decisão da Mesa é que nós concordamos com a tese de que a Mesa decidiu mandar à CCJ. Até porque sem discutir outras questões, como a questão do cumprimento ou não de normas votadas nesta Casa, e me baseando nas próprias palavras do Deputado Nereu no seu encaminhamento que em 10 dias teria que cumprir. E nós todos sabemos que nenhuma lei será aplicada sobre ninguém antes de o fato ser consumado, de forma que estamos colocando antes um pedido de impugnação baseados num fato futuro de que não venha a ser cumprida uma lei. Por esta razão acho que é procedente a decisão da Mesa de encaminhamento à CCJ.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela ordem)

- A argumentação do ilustre Deputado Caíto Quintana poderia até proceder. Acontece que a CCJ, Deputado, não está instalada. E V.Exa. neste momento, um pouco antes desta votação, usou o instrumento regimental da Comissão Geral para que a Assembléia apreciasse assuntos do interesse do Poder Executivo. Pois bem, em razão disto, sem prejuízo desta votação, requeiro também Comissão Geral para apreciação do pedido de "impeachment" do Senhor Governador Álvaro Dias. Estou encaminhando requerimento por escrito à Mesa para apreciação nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Já há requerimento neste sentido.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Muito obrigado. E já está na Mesa para votação?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam regime de urgência ao projeto de resolução de autoria da Assembléia, a instaurar processo contra o Governador do Estado, queiram conservar-se como estão.

Vinte (20) Senhores Deputados rejeitam o requerimento.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Treze (13) Senhores Deputados aprovam o requerimento.

**REJEITADO.**

Requerimento de nº 1689, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. - Em Discussão.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Para encaminhar) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nereu

Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, pedi para encaminhar, fica mais fácil para esclarecer o que nós estamos votando aqui hoje.

Na verdade nós temos duas leis promulgadas pela Assembléia Legislativa. Quais são? - A primeira delas, trata-se da lei que concedeu aumento ao funcionalismo público e definiu o piso salarial para o Magistério em doze mil quinhentos e quarenta e três cruzeiros.

Este projeto foi encaminhado ao Senhor Governador Álvaro Dias que vetou. O veto veio à Assembléia, foi apreciado pela Assembléia, que derrubou o veto, não aceitando as razões do Senhor Governador Álvaro Dias.

Muito bem, esta lei em razão da derrubada do veto, por parte da Assembléia Legislativa, foi promulgada pelo Presidente da Assembléia, Deputado Anibal Khury.

A segunda, quando esta Assembléia soberanamente, também votou que não haveria punição e não haveria desconto de salário dos grevistas do Magistério, foi uma forma inclusive, de contribuição da Assembléia para que a greve tivesse um encaminhamento e pudesse até ser um instrumento de definição desse impasse entre a educação e o Governo Álvaro Dias.

Este projeto aprovado na Assembléia, também encaminhado ao Sr. Governador Álvaro Dias, sofreu veto, este veto veio à Assembléia e, historicamente, mais uma vez a Assembléia Legislativa rejeitou o veto, transformando-se, portanto, a não punição aos grevistas em lei que foi publicada e que está em pleno vigor.

O Governador Álvaro Dias tem todo o direito de invocar o Poder Judiciário para tentar derrubar estas duas leis. Entretanto, esta Assembléia até hoje não tem informações oficiais de que estas duas leis tenham sido derrubadas pelo Poder Judiciário. Ora, se o Poder Judiciário não derrubou até hoje, não revogou, não negou a vigência dessas leis, elas estão em pleno vigor. Se estão em pleno vigor, não há como o Governador, acintosamente, ir à televisão e dizer que não irá cumprir a lei de não punição aos professores.

Há um desafio, há uma decisão de poder, razão porque nós temos que tomar uma atitude de independência e de autonomia do Poder Legislativo, esta autonomia e esta independência, está na decisão do pedido de "impeachment" do Governador, porque não está a cumprir as leis. Se não cumpre as leis, não pode exercer a chefia do Poder Executivo, razão porque, e dado aquilo que eu disse antes, a exigüidade, os poucos dias que temos para o encerramento do pe-

ríodo ordinário desse primeiro semestre de 1990, no próximo dia 30. Considerando que a situação como se encontra o Magistério é de todo procedente, votarmos a favor da instituição da Comissão Geral para apreciação do impedimento do Sr. Governador Álvaro Dias, quem votou a favor da não punição aos professores tem o dever moral e político, agora, de votar a favor da transformação dessa Assembléia em Comissão Geral para abrir processo de impedimento do Sr. Governador Álvaro Dias.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Esta Casa de Leis é uma Casa política, é bem verdade, com diversos partidos, mas com parlamentares vindos todos pelo voto do povo do Paraná, portanto, com mandato parlamentar a ser desempenhado aqui, dentro dos moldes principais, daquilo que se invoca inclusive que é a Constituição do Estado do Paraná.

E lá, na Constituição do Estado do Paraná, existe, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o processo legislativo, e a composição desse processo é muito clara. Ou deveria ser muito clara a todos nós, onde um projeto, tendo competência para nascer no âmbito do Poder Legislativo, nasce aqui. É aprovado na Casa. Vai ao Governo para, em 15 dias, sancionar ou vetar o projeto. Retorna à Assembléia Legislativa para apreciação do veto. A Assembléia mantém ou derruba o veto. Derrubado o veto o projeto retorna ao Executivo para o cumprimento da lei. O Executivo pode tomar conhecimento ou ignorar e retornar para a Assembléia Legislativa para ser promulgado pelo Presidente do Poder Legislativo, como um ato de soberania deste Poder, sem a participação do Executivo, mas cabe ao Executivo, se julgar inconstitucional os pedidos gerados, recorrer ao Judiciário, pela inconstitucionalidade das leis. De tal sorte que não descaracteriza o descumprimento de lei alguma, enquanto não existir uma decisão final, se a lei é constitucional ou não.

O que este Parlamento não pode é votar um pedido de "impeachment" do Governo, sem ter a menor base legal. Não existe, e eu desafio a qualquer Parlamentar, que justifique um único dispositivo constitucional que não esteja sendo cumprido!

Então, não podemos passar um aval de desconhecimento do processo legislativo aqui nesta Assembléia, nem tampouco brincarmos com um ato tão importante, que afinal de contas seria o "impeachment" de um Governador de Estado! Não é por aí.

Eu acho que a cada um é dado o direito ao jogo político que lhe interessa. Mas, não é dado expor o Parlamento na condição

de votar, precipitadamente, um pedido de "impeachment" até porque inevitavelmente ele cairia neste Plenário pela falta de sustentação àquilo que ele solicita.

Eu gostaria que os nobres Parlamentares votassem contrários, para que nós pudessemos manter o Legislativo dentro do seu clima normal, para podermos legislar no Paraná.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos da imprensa, funcionários, amigos do interior; oposição por oposição, hoje, no entendimento do nosso Partido, Sr. Presidente, não passa de burrice.

Nós temos tido, durante os últimos três anos, uma postura muito independente nesta Casa, votando medidas acertadas do Chefe do Poder Executivo, a favor ou contra, sempre de acordo com os ditames da nossa consciência.

Agora há pouco, sentia eu uma manobra política quanto à aprovação de uma suplementação. E nós votamos favoravelmente porque não estamos aqui apenas para fazer Oposição, porque isso, como já dissemos, é burrice.

Mas eu acho, Sr. Presidente e nobres Pares, que quem não deve, não teme. Existem artigos da Constituição, nobre Líder do PMDB, que estão sim, sendo descumpridos.

Nós temos um funcionalismo público todo revoltado porque tentou-se acabar com a dignidade do funcionário público no nosso Estado. Nós temos e vivemos uma situação caótica e eu não vou deixar o plenário para não dar quórum. Vou votar, e tenho certeza que o posso Presidente e nosso líder também votarão esta matéria.

Não existe questão fechada com relação a esta questão. Mas não podemos mais nos omitir, e se as coisas não vão bem, é pela omissão dos bons.

Eu me coloco às vezes na condição de Chefe do Executivo Estadual. Algumas pessoas até brincam, fazem chacotas, mas eles já estão sentindo que, apesar de toda máquina contra nós, a população está acordada; a população está consciente e já não aceita mais a demagogia e o populismo neste Estado, Sr. Presidente.

Quando saio para a disputa da Chefia do Poder Executivo deste Estado, saio com uma proposta clara e definida para a sociedade paranaense. Saio com a convicção de que a nossa mensagem é a mensagem da

renovação, não a renovação qualificada pela idade, mas a renovação de costume e de mentalidade política que esse povo tanto quer. Saio com o respaldo de inúmeros sindicatos de funcionários públicos.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, o orador que está na tribuna, está totalmente desvirtuado da matéria. Peço que Vossa Excelência solicite ao nobre Deputado Lindolfo Júnior que se atenha à matéria e não a um discurso político.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Desvirtuado está o seu partido, nobre Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pelo contrário, Vossa Excelência é que é um demagogo.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Nós, do PL, entre a coligação expúria e mal interpretada pelo povo, escolhemos a aliança com o povo do Paraná e saímos sozinhos para esta luta.

O SR. ALGACI TÚLIO - Porque ninguém quis somar com Vossa Excelência.

Sr. Presidente, peço Pela Ordem, para que o Deputado se atenha ao assunto da matéria.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Nós não temos medo da verdade. E quero crer que o Sr. Governador também não terá. Por isso, votarei, sim, mesmo apesar da ausência com requerimento do Deputado Pedro Tonelli, para que se instale uma comissão para que possamos averiguar os problemas que acontecem com os funcionários públicos do Paraná que vêm sofrendo na pele, na carne, os desmandos desse Governo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Só que Vossa Excelência votou um monte de vezes contra o funcionalismo público. E vem fazer demagogia agora.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram conservar-se como estão.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram conservar-se como estão.

22 Srs. Deputados rejeitam; 3 Srs. Deputados aprovam.

Não há quórum para votação.

- Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1717, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. - Encerrada a discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, qual foi o resultado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 3 aprovam, 22 rejeitam.

O SR. CAÍTO QUINTANA - A Mesa não conta?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa é só o Presidente.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Verificação de votação.

O SR. JOSÉ FELINTO - Sr. Presidente, eu solicitei, quero dizer a Vossa Excelência que deve mandar consertar o som desta Casa, porque eu solicitei aqui, na oportunidade, a verificação de votação e não fui atendido, e demorou mais de quatro minutos para que eu tivesse som aqui na Mesa.

Esta Casa tem que funcionar igual para todos os Deputados, senão vamos entender que deve ter os Classe A e os Classe B.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimentos de n°s 1731, 1732 e 1733, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1734 e 1701, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1705 e 1700, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1723, 1724, 1726, 1727 e 1728, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1736, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1720, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1716, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1697, de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury e Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1698, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1714, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 47/86

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 09, 127, 221, 237, 280, 298 e 322/90, e dos Projetos de Resolução n° 69 e 75/90.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 170/87 e do Projeto de Resolução n° 77/90.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 120/89, 51, 314, 359, 361 e 362/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 54/90.

Marca, ainda, uma Sessão Solene para quarta-feira, dia 27, às 10:00 horas, para entrega de título de Cidadania Benemérita do Paraná ao Sr. Guntolf Van Kaick.

Após a sessão, usará da palavra aqui o representante da Caixa Econômica e também o representante da CELEPAR, em ato informal.

Levanta-se a sessão.

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA  
BALANCETE REF. PERÍODO DE 01.01.90 a 31.05.90  
FEPPA

| ATIVO                            |                | PASSIVO                      |
|----------------------------------|----------------|------------------------------|
| CIRCULANTE                       |                | PATRIMÔNIO                   |
| CONTAS CORRENTES                 |                | Patrimônio Líquido .....     |
| Banestado .....                  | 574.218,76     | 23.164.938,43                |
| Bamerindus .....                 | 12.519.992,00  |                              |
|                                  | 3.094.210,76   |                              |
| POUPANÇA                         |                |                              |
| Banestado .....                  | 100.500,00     |                              |
| Bamerindus .....                 | 243.833,90     |                              |
|                                  | 344.333,90     |                              |
| VALORES EM NCZ À ORDEM DO BANCEN |                | RECEITA                      |
| APLICAÇÕES                       |                | Renda de Contribuições ..... |
| Banestado .....                  | 2.483,65       | 16.890.853,65                |
| Bamerindus .....                 | 1.217.071,17   | Renda de Aplicações .....    |
|                                  | 1.219.554,82   | 91.345.677,92                |
|                                  |                | Outras Rendas .....          |
|                                  |                | 1.666,64                     |
|                                  |                | 108.238.197,21               |
| POUPANÇA                         |                |                              |
| Banestado .....                  | 26.684.126,45  |                              |
| Bamerindus .....                 | 47.169.347,24  |                              |
|                                  | 73.853.473,69  |                              |
| INVESTIMENTOS                    |                |                              |
| Banestado C/Ouro .....           | 7.595.193,73   |                              |
| Bamerindus C/Ouro .....          | 15.720.426,00  |                              |
|                                  | 23.315.619,73  |                              |
| IMOBILIZADO                      |                |                              |
| Móveis e utensílios .....        | 5.230,00       |                              |
| DESPESAS                         |                |                              |
| Aposentados .....                | 19.103.457,88  |                              |
| Ajuda de Custo .....             | 181.184,20     |                              |
| Materiais de Consumo .....       | 9.632,00       |                              |
| IOF .....                        | 9.853.061,52   |                              |
| Imp. Renda s/ Rend. Aplic. ....  | 356.303,95     |                              |
| Imp. Estad. s/Rend. Aplic. ....  | 13.590,97      |                              |
| Despesas Bancárias .....         | 49.938,42      |                              |
| Seguros .....                    | 3.544,80       |                              |
|                                  | 29.570.713,74  |                              |
| TOTAL DO ATIVO .....             | 131.403.136,64 | TOTAL DO PASSIVO .....       |
|                                  |                | 131.403.136,64               |

LAURO LOBO ALCANTARA  
Tesoureiro

WERNER WANDERER  
Presidente

VICENTE P. RODACKI  
Contador CRC-PR 6635